



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite
(substituído no decurso da Sessão pelo
Deputado Fernando Faria)
Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Valadão

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foram lidos os requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados, bem como uma resposta do Governo Regional a um anterior requerimento.

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Serpa (PS), José Decq Mota (PCP), Madruga da Costa (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Manuel Goulart (PS), Martins de Freitas (PSD) e Simas Santos (PS), bem como o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, Costa Santos.

No **Período da Ordem do Dia** o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou um **requerimento no sentido da Ordem de Trabalhos ser alterada**, introduzindo-se como **primeiro ponto a discussão do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da sua Proposta de Resolução sobre o cumprimento pela Presidência da Assembleia Regional da diligência efectuada pelo Presidente da Comissão dos Assuntos Internacionais, nos termos do artigo 109º do Regimento.**

Na sequência da aprovação unânime deste requerimento, passou-se à apreciação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, procedeu-se à apreciação e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Criação de Serviços, Mobilidade e Contenção de Efectivos".**

Após a apresentação da proposta, feita pelo Sr. Secretário Regional da Administração Pública, António Menezes, foi a mesma aprovada por unanimidade na generalidade.

Para a discussão na especialidade foi tomado como base o texto apresentado pela Comissão.

Intervieram nos debates os Srs. Deputados João Carlos Macedo (PS), Fernando Faria (PSD), Borges de Carvalho (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS) e Madruga da Costa (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional da Administração Pública, António Menezes, tendo o texto proposto sido aprovado por unanimidade.

Produziu uma declaração de voto o Sr. Deputado João Carlos Macedo (PS).

Passou-se de seguida à apreciação do **Relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, ao abrigo da alínea a) do artigo 31º do Regimento, sobre "Zona Franca de Santa Maria".**

Na discussão do relatório intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Madruga da Costa (PSD), João Braga (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), José Manuel Bettencourt (PS) e Jorge Cruz (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, Costa Santos.

Finalmente, foi também aprovada por unanimidade uma proposta do Sr. Presidente da Assembleia para que fosse suspenso o período legislativo de Março e se recomeçasse no dia 7 de Abril.

Os trabalhos terminaram às 13.20 horas.

Presidente: Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - António Silveira, Borges de Carvalho, David Santos, Fernando Faria, Flor de Lima, Gabriela Silva, João de Brito, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Carlos Simas, Madruga da Costa, Manuel Ávila, Mário Freitas, Manuel Melo, Manuel Valadão, Reis Leite, Renato Moura; PS - João Sousa Braga, Francisco de Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Manuel Goulart; CDS - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias).

Presidente: Estão presentes 26 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público. Vamos começar os nossos trabalhos.

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler os requerimentos.

Secretário (Jorge Cabral): Um requerimento do Sr. Deputado do Centro Democrático Social, José Ramos Dias, do seguinte teor:

"Exm^o Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores

Excelência

- As emissões do Centro Regional dos Açores da Radiotelevisão Portuguesa, EP, não cobrem a Ilha das Flores;

- O pagamento da taxa de Radiotelevisão pressupõe como contrapartida o acesso às emissões da RTP;

- A Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores tem declarado, a pedido de vários municípios, que as emissões televisivas da RTP/Açores não abrangem a Ilha das Flores;

- Se a população das Flores já se encontra, no contexto regional, fortemente penalizada por não ter acesso às emissões televisivas do Centro Regional dos Açores da RTP, afigura-se da maior injustiça que os cidadãos daquela ilha, que possuem receptores, na esperança de um dia poderem ver aquilo, que há demasiados anos, lhe prometem, tenham de pagar, ainda por cima, uma taxa.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais, requero a V. Ex^a que seja solicitado

ao Governo que me informe se, em seu entendimento, acha justo e correcto que a população florentina pague qualquer taxa à RTP?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Março de 1987.

O Deputado Regional: José Ramos Dias".

- Um requerimento do Deputado do Partido Comunista Português, José Decq Mota, do seguinte teor:

"Exm^o Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores

A população da Praia do Norte, Ilha do Faial, dirigiu-se, como é do conhecimento desta Assembleia, ao Sr. Presidente do Governo Regional colocando o magno problema da Escola daquela freguesia.

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis requero ao Governo informação urgente sobre a forma como vai ser resolvida esta questão.

Assembleia Regional dos Açores, 19 de Março de 1987.

O Deputado Regional do PCP: José Decq Mota".

Secretário (Manuel Valadão): As respostas ao requerimento do Sr. Deputado Carlos César, que deu entrada nesta Assembleia com o n^o 1.459, sobre desenvolvimento turístico das Furnas, oriundas das Secretarias Regionais do Comércio e Indústria e dos Transportes e Turismo, são do seguinte teor:

"SRCI:

a) O prazo do concurso público para a concessão da exploração da água minero-medicinal da "Serra do Trigo" terminou a 12 de Maio de 1986;

b) Após a análise das duas propostas apresentadas foi, por deliberação do Conselho do Governo de 3 de Junho de 1986, adjudicada a concessão aos concorrentes José Manuel Matias Tavares Rodrigues, Luís Dâmaso Baptista Vasconcelos e Paulo Newton Pacheco de Canto e Castro, em nome de sociedade a constituir;

c) Entretanto, os proponentes vencedores do concurso têm já em curso um estudo geo-hidrologico com vista à definição da(s) área(s) de protecção da nascente que obviamente, implicará requisitos de implantação da unidade de enchimento, bem como da sua exploração.

Acentua-se que o facto de ter sido proposto o estudo referido constituiu uma das condições

que inclusive deu lugar à preferência pelos concorrentes;

d) Nestes termos, julga-se que só entre Março e Abril de 1987 se estará em condições de emitir o competente alvará de concessão de exploração".

"SRTT:

O projecto de ampliação do Hotel das Furnas foi já aprovado pela Direcção Regional de Turismo estando em estudo o pedido de apoio financeiro a conceder;

A localização dos terrenos para implantação de um parque de campismo nas Furnas está a ser estudada pela DRHUA;

A criação de "normas de actuação que ponham a coberto de determinadas práticas a integridade de toda aquela inestimável herança", conforme se refere no discurso de Sua Excelência o Secretário Regional dos Transportes e Turismo, será naturalmente encarada no âmbito da Comissão Interdepartamental, não obstante existirem já disposições para protecção das nascentes;

Mantém-se a intenção expressa quanto a um estatuto especial para as Furnas dependendo, naturalmente, de ser encontrada uma fórmula adequada".

Presidente: Srs. Deputados, passamos então ao período de Antes da Ordem do Dia destinado ao tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Na Sessão de ontem tínhamos ficado ainda com duas inscrições em relação a dúvidas suscitadas pela intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa. De forma que, tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para pedir esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Eu prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Então, uma vez que o Sr. Deputado Decq Mota prescinde e como o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social também não está presente, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Manuel Serpa para tratar de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De todas as vezes que, nesta tribuna, nos debruçamos sobre a temática "pescas", deixámos bem vincada a lacuna do sector que verte para a impressão generalizada de que a investigação não acompanha, com acções de vanguarda e não só, o seu desenvolvimento na Região Autónoma dos Açores.

Sabendo que a proposta de Plano para mil novecentos e oitenta e sete aponta, nos objectivos sectoriais: "Determinar as capacidades reais de pesca da Zona Económica Exclusiva para uma melhor exploração dos recursos marinhos, continuando para isso as acções de investigação";

Sabendo que a vertente piscatória tem na investigação científica, indicadora e norteadora para investidores e pescadores, a mola real do seu desenvolvimento;

Sabendo que o surto de engrandecimento e aperfeiçoamento no sector das pescas, na Região Autónoma, ultrapassadas de há muito as fases de titubeantes promessas, é uma realidade consoladora, percursora de riqueza e bem estar social, fica-se, de facto, com a sensação nítida de que, nas pescas, a investigação não acompanha o passo.

Em finais do ano transacto, os Deputados do Partido Socialista eleitos pelas ilhas do Faial e do Pico visitaram, demoradamente, o Polo Universitário da Horta levados, sobretudo, pelas enormes expectativas geradas pelo rapidíssimo crescimento das Pescas na Região Autónoma dos Açores.

Recebidos com inextinguível simpatia e interesse pelos responsáveis percorremos as instalações e mantivemos com os mesmos preciosa troca de impressões.

Como rescaldo desta visita deriva que mais se avolumou em nós a tal sensação de que a investigação não tem, neste momento, pés para acompanhar o arranque no sector. E porquê?

Porque a implementação do apoio ao sector, no âmbito da investigação, passa pelo imediato relançamento do Polo Universitário da Horta que não pode ficar-se por um mero laboratório experimental de reduzidas dimensões.

Avulta a necessidade premente de dados científicos que permitam a prossecução das metas traçadas.

Há melhorias? Algo se tem feito? Sim. Mais por empenho, quase diria, generosidade dos responsáveis e seus colaboradores, mais por sucessivos empurrões por parte da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas na ânsia de ver concretizados alguns dos seus objectivos. Não como resultância de uma acção mobilizadora, planificada no âmbito da investigação científica que obedeça, naturalmente a parâmetros de orientação ditados por outros departamentos governamentais.

A investigação para o sector piscatório está centrada no Polo da Horta.

Mas não pode haver investigação, sem investimentos, sem estruturas, sem verbas, sem apetrechamento técnico e humano.

Aquilo não tem as mínimas condições de funcionamento. Salta à vista desarmada. Cúbculos escuros, sujeitos à humidade, sem visibilidade capaz, escassez de espaço, falta de recursos para outras alternativas ou novas iniciativas, etc..

Só a competência, a boa vontade, a carolice e alguns apoios dispersos, injectados à pressão, têm permitido tornejar os obstáculos e apresentar

trabalho válido e preciso quer no acompanhamento das actividades piscatórias quer no lançamento de novas experiências que, a frutificarem benefícios de índole diversa, podem trazer ao desenvolvimento sócio-económico das nossas ilhas.

Dir-se-á que esta situação que reputamos de insustentável, manter-se-á por pouco tempo visto que já há terreno demarcado em zona periférica da cidade da Horta, para a construção de um edifício digno que permita a instalação do Polo Universitário capaz de dar respostas aos grandes desafios lançados pelas pescas. Muito bem. Mas que significa "pouco tempo"?

A resolução deste problema tem de ser imediata.

Protelamentos, neste sector, são inadmissíveis. Mais traineiras, devidamente apetrechadas, preparam-se para sulcar as nossas águas com o consequente aumento do pescado; erguem-se complexos frigoríficos, estende-se a rede de frio o que permitirá o encurtar progressivo de sazonalidade da actividade piscatória; sonha-se, com legitimidade, com as tais almejadas vinte mil toneladas de atum; encetam-se capturas de novas espécies; há projectos, planos, investimentos.

E a investigação? Ficar-se-á ainda por aquele conjunto envergonhado, desajeitado, onde um grupo de boas vontades luta, sobrevive, às vezes mendiga, numa ânsia de acompanhamento em área vital para o desenvolvimento da Região?

Tomam-se importantes medidas cautelares, há preciosa colaboração em análises, fazem-se experiências. É certo. Mas como são possíveis, nestas circunstâncias, estudos científicos que permitam avaliar, em toda a sua complexidade e extensão, os stocks existentes, implementar a sua racionalização, pesquisar outras áreas para além dos tradicionais bancos conhecidos e assinalados, acompanhar a evolução das espécies migradoras, aumentar e fomentar o intercâmbio a nível nacional e internacional?

A hora é de arranque, envolvendo todos.

Prioridade para a investigação científica!

Na próxima semana, a Horta será a capital das pescas. Para aqui convergirão pessoas de diversas partes do mundo ligadas ao sector. A Horta quase se envergonha de os receber naquelas instalações!

O imediato relançamento do Polo Universitário em estruturas capazes é obra premente, cujo adiamento poderá acarretar gravíssimos transtornos à evolução das pescas na Região Autónoma dos Açores.

Para terminar reformulo um desejo: Que a próxima Semana das Pescas seja, se possível, melhor que a anterior.

"As Semanas" são importantes neste desafio de anos! Mas, nas pescas, sem investigação não se ganham desafios.

Uma nota final para dizer que nesta curta intervenção interpreto também o sentir dos meus dois camaradas deputados das ilhas do Faial e do Pico que me acompanharam na visita.

(Aplausos do PS e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava, sob a figura de pedido de esclarecimento, abordar muito brevemente esta questão, dirigindo um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Serpa (quis a circunstância que não pudesse estar presente hoje o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas e até o Sr. Secretário da Educação e Cultura), porque penso que este assunto, que, aliás, tem vindo a ser tratado a nível da Imprensa, tanto quanto me recorde, é um assunto que assumiu uma importância e uma urgência enormes.

Antes de dirigir uma ou duas questões ao Sr. Deputado Serpa, queria fundamentar:

- Efectivamente, há modificações no sector das pescas; efectivamente, por razões de diversa ordem, umas de política e outras não, há evoluções aceleradas, especialmente nas ilhas do Grupo Central, e o problema que se coloca hoje é se, sim ou não, seremos capazes de enfrentar com racionalidade essas evoluções, sob a forma de delas tirar o melhor proveito.

Como observador atento destas questões, concluo que o Departamento de Oceanografia e Pescas teve uma evolução boa, positiva, importante, em termos do seu funcionamento e do resultado final do seu trabalho. E esta era a primeira questão que colocava ao Sr. Deputado Serpa:

- Está ou não de acordo que se verificou essa evolução na qualidade de trabalho do DOP?

Vai muito longe o tempo em que o DOP nada fazia, como é do conhecimento geral, e hoje em dia tem trabalho científico válido, como a Semana das Pescas o ano passado já demonstrou e, por aquilo que conheço do programa deste ano, irá também demonstrar.

A outra questão que queria colocar - e queria saber a opinião do Sr. Deputado Serpa a este respeito - era se pensa que o trabalho de investigação, sendo importante para as espécies migradoras, portanto, para o acompanhamento da evolução da pesca do atum, é de facto de decisiva importância em relação a uma qualquer perspectiva de gestão dos stocks existentes nas 12 milhas, ou seja, em relação ao peixe de fundo.

O receio que hoje em dia invade muita gente - e eu sinto-me nesses - é que o sobreesforço de pesca que se tem feito e que economicamente é positivo e importante, se não for acompanhado

de medidas de gestão dos diversos stocks existentes - como o Sr. Secretário Adolfo Lima gosta de dizer e tem razão - corre-se o risco de haver desaparecimento de espécies e desse sobreesforço ser de tal forma violento que tenha apenas um resultado económico imediato, limitado, e depois se esgote.

A pergunta que eu ponho é se, sim ou não, a investigação científica tem aqui um papel determinante, porque qualquer política de gestão de stocks ou, generalizando, de gestão das 12 milhas se não é assente no conhecimento do que há e na evolução das próprias espécies, no meu entender, pura e simplesmente, não existe. Daí que pense - e gostava de saber a opinião do Sr. Deputado Serpa - que o papel do DOP, para além do problema do atum e das outras espécies migradoras, é de decisiva importância em relação ao peixe de fundo e portanto às 12 milhas.

Um outro problema, que gostava também de saber a opinião do Sr. Deputado Serpa, respeita a uma questão que receio esteja a começar a formar-se e que pode vir a ser de gravíssima importância para objectivos legítimos desta Região, como sejam, por exemplo, as 20 mil toneladas de atum, etc., que é o problema da gestão dos recursos em isco. Hoje em dia começa a haver dificuldade, por vezes, em certos momentos, em se arranjar isco. E aqui também terá que haver uma política diferente.

Eu estou de acordo com a ideia geral da intervenção do Sr. Deputado Serpa, que é: a investigação ou existe, e tem um papel decisivo, ou não existe e, não existindo, não pode ter papel, mas então o sector das pescas está limitado.

Gostava de terminar, dizendo: na minha opinião, tudo o que se faça para que o Departamento de Oceanografia e Pescas, quer em pessoal, quer em meios flutuantes (barcos, etc.), possa efectivamente cumprir o seu papel, é urgentíssimo e tanto mais urgente é, que as próprias pessoas que lá trabalham já deram provas, nos últimos anos, daquilo que são capazes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para esclarecer.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Ainda hoje de manhã a rádio noticiava que tinha chegado aos Açores o Sr. Comissário das Pescas a nível de CEE, o qual disse que bastaria olhar para as ilhas dos Açores para termos a certeza que estávamos numa zona onde as pescas tinham interesse fundamental. E era ele mesmo que lembrava que era precisamente neste momento que tinha de ser feito um grande esforço na Região no sentido da investigação: saber o que é que tínhamos; com o que é que contávamos e

racionalizar isso que tínhamos e aquilo que poderia aparecer. Portanto, acho que o factor da investigação científica nas pescas tem uma relevância especial.

Em relação ao trabalho produzido no Polo da Horta - eu disse-o na minha intervenção - eles têm feito um trabalho excelente, sobretudo empenhado, numa tentativa de acompanhamento e de actualização; têm-se esforçado; têm **mendigado** - é o termo próprio - insistido, porque precisam de coisas, até adquirem, às vezes, aparelhagens à pressa e talvez, sei lá, com boa vontade e ajuda de muita gente. Eles têm-no feito! Sobretudo em relação ao atum, em que a questão das análises é importante para manter a qualidade do produto, eles têm pesquisado.

Relativamente à questão do espadarte, por ajuda da Secretaria, se de facto nós tivermos sorte, podemos apanhar esse espadarte e essa pesca poderá ser rentável (já o temos há tantos anos), poderá levar a capturas que poderão ter efeitos muito importantes na Região. Portanto, evidentemente que estão é limitados e eu disse-o claramente: naquelas condições não se pode fazer mais, mas é preciso, imediatamente, arranjar outras condições. Isso é essencial!

Quanto ao peixe de fundo, evidentemente que este é um problema capital. Os nossos pescadores conhecem bancos; nós habituámo-nos a decorar determinados bancos. Quais são as potencialidades desses bancos? Como é possível apanhar peixe? Como é possível racionalizar as capturas? São tudo problemas que se põem e que dependem, de facto, de uma investigação profunda. Aliás, é natural que possam existir outras zonas nas tantas milhas que nos rodeiam e é preciso saber pesquisar para descobri-las, porque poderá haver muita riqueza no mar - ela poderá estar no fundo -, que nós não conhecemos.

Põe-se também o problema do isco. Eu não gostaria de dizer aqui, mas tenho que dizê-lo: evidentemente que nunca concordei - digo-o naturalmente, com uma sinceridade habitual - que não se pudesse apanhar toninhas. Acho que se podem apanhar toninhas. Não vejo mal nenhum nisso! Pelo facto de se apanharem toninhas para umas pessoas se alimentarem, ninguém está, digamos assim, a extirpar a espécie - toninha ou golfinho. Há pessoas que poderão discordar. Evidentemente que não tenho nada contra isso, só que as toninhas já começaram a prejudicar, segundo ainda há pouco me disseram da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Podem prejudicar, evidentemente, mas não quer dizer que seja esse o problema específico: há-de haver outras alternativas para o isco. Mas, quando a natureza, digamos assim, precisa de equilíbrios - todos nós sabemos - não quer dizer que de facto quando tomamos

medidas cautelares, visando determinados objectivos, daí a algum tempo não possam advir consequências. Não quero dizer que uma dessas consequências seja esta, mas sei que de certeza, por exemplo, as toninhas prejudicam a apanha do chicharro e o chicharro, como nós sabemos, é essencial como isco do atum.

Não sei se respondi totalmente.

(Afirmativa inaudível do Sr. Deputado José Decq Mota)

O Orador: Está bom.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para, em jeito de esclarecimento, pois penso que é a única figura regimental que tenho ao meu alcance neste momento, retirar desta intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa e também da intervenção do Sr. Deputado Decq Mota uma conclusão que penso que é importante: das palavras de cada um dos Srs. Deputados retira-se implicitamente uma concordância relativamente ao desenvolvimento que o Governo Regional foi capaz, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, de imprimir a este sector. E felizmente que assim é, porque também é altura de a oposição poder dar conta de que a política do Governo Regional neste sector tem sido correcta.

Estou de acordo com as considerações aqui feitas relativamente à necessidade que há de, sempre e cada vez mais, se prestar apoio aos departamentos da Universidade que estão virados para a comunidade e para o serviço à comunidade, no caso concreto o Departamento de Oceanografia e Pescas. Quem esteve presente o ano passado na "Semana das Pescas" poderá ter verificado que durante a mesma se assistiu à consagração, a nível internacional, do papel relevante que o Departamento de Oceanografia e Pescas tem tido neste sector. Penso que isso é importante assinalar, porque há ali muito esforço de gente muito nova, em quem se põem grandes esperanças e a quem nunca tem faltado o apoio, não só da Secretaria que tutela a Universidade, mas sobretudo, neste caso, da Secretaria da Agricultura e Pescas, em diversas formas, desde a aquisição de equipamento até à manutenção de bolsas no exterior, o que tem permitido, na verdade, caminhar-se cada vez mais no conhecimento dos problemas que aqui foram levantados, no caso concreto, relativamente às espécies migratórias e também àquilo que nós habitualmente chamamos peixe de fundo, e hoje, felizmente, conhecem-se muito mais coisas do que se conhecia há cinco anos atrás.

O que me parece que é importante nisto realçar, é que, na verdade, no sector das pescas se assistiu, na nossa Região, a uma autêntica revolução nos últimos cinco anos. As pescas nos Açores em 1987 não são iguais sequer às de 1980, 79 ou por aí atrás.

Era só, Sr. Presidente.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, eu há pouco quando pedi a palavra pedia-a para comentar um aspecto relativo à questão do isco, que eu tinha levantado e que o Sr. Deputado Serpa comentou. Vou ao "isco", mas o que é certo é que o Sr. Deputado Madruga da Costa lançou outra "isca" e portanto eu vou começar por aqui.

Eu compreendo perfeitamente que a bancada do PSD tenha necessidade de, quando lhe pode cheirar ligeiramente a que as bancadas da oposição tenham algum ponto de concordância em relação a determinado aspecto da política do Governo, agarrar isso com as mãos todas e levantar aos olhos da opinião pública esse eventual acordo. Em função disso, eu tenho necessidade de fazer duas ou três muito breves considerações.

Nunca escondi que efectivamente há modificações importantes na política de pescas desta Região. Durante longo tempo não houve política de pescas e o sector das pescas era encarado como uma distribuição de anzóis e pouco mais e a partir de certa altura houve um membro do Governo - o actual Secretário Regional da Agricultura e Pescas - que entendeu, e bem, que devia haver uma política e estudou o problema e concebeu uma política de pescas.

Agora, o problema político que se tem que pôr muito claramente é saber se essa política de pescas é apoiada unanimemente. Eu direi, no que toca ao PCP, que não é, muito embora, em diversos aspectos dessa política de pescas, o PCP concorde que tenha havido um conjunto de medidas necessárias e correctas, nomeadamente, no que toca ao problema da renovação da frota, especialmente nas ilhas do Grupo Central, isto porque estava instalado nesta Região um conservadorismo que era alimentado pelos armadores conservadores, que não queriam modificar, em termos de fundo, a própria capacidade de captura das embarcações, porque não sabiam - nem sabem hoje! -, mesmo aumentando as capturas, qual seria o saldo final, mudando muitas coisas, inclusive o regime de trabalho, porque é diferente vir ao porto todos os dias do que ficar no mar, etc., e tudo isto vai ter influência nos processos de remuneração.

Muitas das questões ancestrais - das soldadas - vão ser postas em causa. E têm que ser postas

em causa se queremos a integração na Europa, porque não há em mais lado nenhum certos aspectos que ainda há cá.

Portanto, muitos armadores conserveiros resistiam: metiam uns radiogoniómetros, metiam um aparelho de rádio melhor, um ou outro metia um radar num ou noutro barco, mas não punham os porões isotérmicos, não metiam frio nas embarcações, etc., para manter a situação como estava, porque sabiam muito bem o que ganhavam daquela forma e não sabem ainda o que vão ganhar depois de todas estas modificações.

Bem, o Sr. Secretário Adolfo Lima teve a coragem de forçar que as inovações tecnológicas fossem generalizadas nestas ilhas do Grupo Central e forçou, efectivamente, com a construção das "Pérolas". A partir daqui, em termos de objectivos políticos, há divergências muito sérias e muito importantes que não podem ser escamoteadas e o facto de um partido da oposição reconhecer esse mérito, não pode obscurecer os outros aspectos. Há divergências profundas, que também têm sido trazidas aqui, no que respeita à comercialização, porque sem outros circuitos comerciais, sem outro tipo de intervenção na comercialização, o sector das pescas nos Açores está, na nossa opinião, estrangulado. Há divergências muito fundas no que respeita ao problema da gestão das 12 milhas - é um problema velho: aumentou-se extremamente o esforço de pesca das capturas do peixe de fundo e no entanto os anos vão passando, já há alguns dados científicos - admito que não hajam todos - mas não há medidas concretas nem para a criação da entidade de gestão das 12 milhas, que o Tratado de Adesão permite, nem para medidas concretas de preservação de certas espécies e então pode acontecer aqui, daqui a alguns anos, especialmente no litoral de algumas ilhas e até nalguns dos bancos, o que hoje toda a gente constata que aconteceu na costa do Continente.

Eu sei que isto levanta problemas políticos até extremamente complicados, mas é exactamente por saber isso que penso que o Governo Regional e as forças políticas em geral têm abrigação de atacar o assunto de frente, sob pena de uma das riquezas mais importantes desta Região poder daqui a meia dúzia de anos estar completamente exaurida.

Portanto, não há concordância em muitos aspectos. Podia exemplificar outros, mas não quero demorar. Estou pura e simplesmente a prestar alguns esclarecimentos.

O Sr. Deputado Madruga da Costa diz que o Departamento de Oceanografia e Pescas recebeu todo o apoio, etc.. É evidente que, toda a gente, basta serem seres inteligentes

para estar de acordo com esta ideia da investigação científica e dar apoio, mas o problema é que há apoios e há apoios e o que é certo é que o DOP ainda está instalado no Posto de Desinfecção...

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe que tenha em consideração que só tem mais um minuto.

O Orador: Concerteza.

...e o DOP devia ter instalações e laboratórios, etc., perfeitamente capazes. Portanto, há apoios e há apoios!

Há os apoios de ordem moral; há os apoios de ordem pessoal e há os apoios políticos, que se traduzem em medidas no plano - e aqui está um foco de discordância. O DOP precisa de instalações; precisa de barcos, porque a "Geralda", que foi comprada pôdre, já foi reconstruída três vezes e pôdre está, não satisfaz as necessidades que esse Departamento tem.

Para terminar, queria só esclarecer o seguinte relativamente ao isco:

- Eu quando falei no problema do isco, não estava a pensar, nem de perto nem de longe, nas toninhas (quando for necessário ter uma posição sobre esta problemática à volta das toninhas eu manifestarei essa opinião) - eu estava a pensar numa outra perspectiva, que é a seguinte:

- Tenho ideia que algumas embarcações de pesca artesanal ainda existentes, e que estarão condenadas a médio prazo, a desaparecer, poderiam ser aproveitadas, numa pesca paralela, exactamente para captura de isco - mas isso obrigaria a preços de garantia e à intervenção governamental nessa área - e então estaríamos, ao mesmo tempo, motivando a evolução, sem cortes absolutamente radicais, que também prejudicam pessoas que não estão aptas a acompanhar essa evolução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não sou propriamente a pessoa indicada para tratar da saúde às pescas, mas gostaria de dispendir duas ou três considerações sobre essa matéria.

Deputado Madruga da Costa (PS): Só se é o porto da saúde!

O Orador: É óbvio que das palavras do meu companheiro de bancada e de partido, Manuel Serpa, se pode retirar a ilação de que nós entendemos que o Governo Regional dos Açores, através do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, tem desenvolvido um esforço significativo no âmbito das pescas, mas não se pode retirar a ilação, de forma nenhuma, de que o Partido Socialista está de acordo com a política de pescas do Governo Regional dos Açores. É isto porque

é óbvio que esse esforço é evidente, mas, passados 10 anos de autonomia político-administrativa dos Açores, sob constante exercício de poder por parte do partido maioritário na Região, é óbvio que, numa Região insular como a nossa, já se deveriam ter dado passos muito mais significativos e resultados muito mais importantes.

Eu recordo que, por exemplo, há trinta anos atrás, na Ilha Terceira, o sector das pescas era explorado por uma empresa conhecida por "Virgílio Lory"; havia uma fábrica de conserva de peixe que funcionava em pleno e que tinha uma frota de pesca, cuja tripulação, como actividade sazonal que são as pescas nos Açores, era oriunda da Madeira; as traineiras existiam em quantidade significativa; a sua conservação era óptima; apanhava-se peixe, transformava-se peixe e vendia-se o mesmo enlatado. Passados 30 anos, no caso concreto da Ilha Terceira, o edifício está em ruínas; os barcos estão pódres; os pescadores não existem. Bom, este quadro não pode ser esquecido de forma alguma, porque senão dar-nos-ia a ilusão de que, escondendo o que não interessa, ou seja, mostrando só o que interessa, tudo é um mar de rosas, tudo é uma maravilha. Infelizmente não é essa a situação actual.

Por exemplo, eu recordo que e gostaria de pôr à vossa consideração, porque de facto tenho muitas limitações sobre esta matéria e gostaria de ouvir as opiniões abalizadas dos Srs. Deputados, nomeadamente, da bancada do PSD, que têm obviamente obrigação de defender o Governo, não a oposição - em 1979, o Sr. Eng^o Correia da Cunha, então membro do Governo Regional dos Açores, veio para a nossa Região com uma ideia muito concreta: porque os Açores são um arquipélago e como tal têm muito mar, logo teriam que ter muito peixe. Passado algum tempo - em 1981 - o Sr. Eng^o Correia da Cunha já tinha uma opinião significativamente diferente e isto com base num estudo norueguês efectuado nessa altura, em que se comprovava que o Arquipélago dos Açores, tendo de facto um volume de água muito grande, como é óbvio, se resumia, por um lado, a muito poucas plataformas - os chamados "bancos" que, como se sabe, é onde se verifica a retenção do pescado - e, por outro lado, as profundas fossas marinhas - não sei se será este o termo correcto.

O pescado aqui apanhado, nomeadamente os tunfdeos, é, segundo vi nesse relatório, um pescado de migração e com a circunstância de ser de retorna, isto é, quando passava nos mares dos Açores já se tinha reproduzido e como tal vinha mais magro, o que daria um produto de qualidade inferior comparativamente aos tunfdeos pescados noutros mares deste mundo.

Bom, eu gostaria de saber se neste momento há alguma confirmação sobre isso; se de facto os tunfdeos são de retorna; se, sendo de retorna, são de qualidade inferior e portanto darão um produto inferior. Julgo que esta é que é a questão principal.

Não basta apanhar peixe: é preciso vendê-lo; é preciso colocá-lo; é preciso concorrer com outros mercados externos. Não sei se alguém está abalizado para responder a isso.

Acima de tudo, importa reter as palavras do Sr. Deputado Manuel Serpa: é que, de facto, o Polo da Horta de Oceanografia e Pescas, passados vários anos, não tem ainda as condições, nem de perto nem de longe, para proceder aos estudos necessários num sector tão importante como poderá ser o sector das pescas para os Açores.

Eu, pessoalmente, tenho algumas dúvidas se o futuro dos Açores estará de facto no mar das nossas próprias ilhas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, é só para um esclarecimento.

Presidente: Desculpe! O Sr. Deputado Manuel Goulart já havia pedido a palavra anteriormente, de forma que vou dar-lhe a palavra e depois o Sr. Deputado prestará todos os esclarecimentos, porque eles são todos dirigidos a si.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Uma intervenção muito curta, não para tecer algumas considerações sobre a política de pescas, em relação à qual estou de acordo, de uma forma geral, com algumas das coisas que aqui foram ditas, quer pelo Sr. Deputado Decq Mota, quer pelo Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, e que aliás, de uma forma genérica, também já tinham sido abordadas na intervenção do meu camarada Manuel Serpa, mas sim para esclarecer algumas dúvidas que poderão ter ficado no ar depois da intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa.

O meu camarada Manuel Serpa, na sua intervenção, deixou bem claro que reconhecia o trabalho árduo, proffcuo, a generosidade muitas vezes até, dos técnicos do Departamento de O. e Pescas.

O que nós contestamos e achamos necessário e urgente é que esse trabalho deverá ser melhorado com condições que é necessário serem-lhe dadas. E uma dessas condições é deixar de se prosseguir na política dos inestéticos pré-fabricados (ainda o ano passado foi montado mais um) e avançar, mas rapidamente, para instalações condignas, para aquele Departamento poder dar uma melhor e mais rápida resposta aos problemas que se colocam ao sector das pescas.

Era simplesmente isto que eu queria deixar

no ar, porque (não sei se era essa a intenção do Sr. Deputado Madruga da Costa - talvez não fosse) poderá ter ficado no ar a ideia de que o meu camarada Manuel Serpa, que, aliás, eu acompanhei na visita, tinha achado que o trabalho dos técnicos daquele Departamento não era bom.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora não seja propriamente um abalizado, nem como técnico, nem como Deputado, o que é facto é que me parece que a intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt deixou aqui algumas coisas no ar, que, pelo menos com os conhecimentos que temos destas matérias e que não são necessariamente muitos, talvez possamos comentar.

Quanto ao problema que levantou relativamente à questão de uma unidade fabril na Ilha Terceira que se encontra encerrada, isto não é um problema que tenha a ver com este sector que estamos a debater: é um problema de uma administração que falhou; que tem problemas, que se embrulharam com outros, ligados a questões de ordem financeira - com a "banca" - e que ultrapassam inclusivamente a capacidade da própria intervenção do Governo nessa matéria. Portanto, penso que é do conhecimento geral o que se passa sobre esta unidade fabril.

Relativamente às questões que põe, no sentido de se saber se o atum é uma espécie de retorna, eu devo dizer que de retorna só conheço as garrafas de coca-cola!...

(Risos do PSD)

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não é de admirar, Sr. Deputado!

O Orador: ...Até à data tenho ouvido falar que se trata de uma espécie migratória e que portanto, como é migratória, tem percursos anuais mais ou menos certos, procurando, é evidente, algumas rotas, uma vez mais a norte, outras vezes mais a sul, mas o que é certo é que passa por aqui e daí o esforço sensato que tem sido feito.

O Sr. Deputado Decq Mota fez o favor de assinalar que na verdade a construção das "Pérolas" veio dar, tecnologicamente, um passo importante no sentido de maior autonomia das embarcações e de conservação do pescado a bordo. Portanto, é possível ir ao encontro desses cardumes de tunfdeos, consoante a distância a que eles se encontrem dos portos de base dessas embarcações.

No que se refere aos problemas da comercialização, posso dizer ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt que as nossas empresas, dadas as características e a qualidade do nosso atum, e o facto dele ser praticamente conservado em

fresco, garantem uma cota de mercado relativamente importante nos países para onde habitualmente exportam e tenho a noção que neste momento a colocação no mercado não se faz com grandes dificuldades e até se faz a preços relativamente compensadores das nossas conservas. Portanto, penso que por aí não há neste momento grandes problemas, mas de qualquer forma também é do conhecimento público que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas está a preparar o lançamento de uma campanha publicitária - uma campanha de marketing - no exterior, com vista à promoção, em colaboração com outras entidades, deste produto que é aqui fabricado.

É evidente que o Sr. Deputado Decq Mota levanta a questão dos problemas da comercialização e é claro que tudo aquilo que se possa diversificar nesta matéria tem o seu interesse e tem sido (é evidente) feito esforço nesse sentido - o Sr. Deputado não o ignora - e creio que as coisas estão de forma a que possamos ter alguma esperança no sentido de se diversificarem mercados, mas a verdade também é esta: é que há uma certa procura por algumas espécies de atum para serem exportadas até em fresco e há situações em que nos interessa garantir na Região a laboração do atum, a sua transformação, por forma a aqui deixar valor acrescentado.

No que se refere às questões de estudo de stocks e de matérias ligadas a este assunto, o Sr. Deputado sabe que tem sido preocupação da Secretaria da Agricultura e Pescas tentar, nessa área, que é uma área sensível (e o Sr. Deputado sabe que é a área onde se debatem as embarcações mais pequenas - aquilo que vai ainda ficando de uma pesca artesanal pura), fazer esta transmutação de processos e de zonas de pesca com algum cuidado para que também não se abram problemas de ordem social que depois são brechas importantes e difíceis de fechar.

Finalmente, relativamente à questão que é posta pelo Sr. Deputado Manuel Goulart, gostaria de dizer que fiquei com a perfeita ideia daquilo que disse o Sr. Deputado Manuel Serpa, aliás, concordei com ele. Eu não tenho qualquer problema em concordar com a oposição! Parece é que a oposição quando se diz que concorda com o Governo fica assustada e se encarrega logo de quase desdizer aquilo que disse!

Bom, penso que é perfeitamente possível, sem concordarmos na totalidade das matérias, realçarmos, com simplicidade, sem precisar de ser abalizados de coisíssima nenhuma, aquilo que é positivo! Santo Deus!... O Sr. Deputado Decq Mota acabou de dar o exemplo disso: realçou aquilo em que concorda com a política do Governo, ressaltando os aspectos em que está menos concordante! Penso que isto se faz com simplicidade

e esta é que é a vivência deste Parlamento!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa. Prescinda.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dizer que esperava que o Sr. Deputado Madruga da Costa estivesse muito mais bem informado relativamente à questão das pescas, e isto porque constatei que não está absolutamente nada informado relativamente à "coca-cola", porque as garrafas da "coca-cola" não têm retorno, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Obviamente que estes debates têm sempre muito interesse e obviamente que deles se procura sempre retirar - e é essa a nossa função - os efeitos políticos que mais interessem às partes. Em função disso, eu tenho necessidade de, muito brevemente, prestar um esclarecimento um tanto formal:

- Já tive oportunidade de dizer, naquela tribuna, que a opinião da Organização Regional do PCP é que a política de pescas do Governo Regional está concebida no quadro da política económica do mesmo. No entanto, em relação a alguns aspectos, por ser um sector que estava praticamente no zero, o Governo Regional, na execução desta política, usou uma maior maleabilidade neste sector do que usou noutros. Eu exemplifico:

- Uma das questões que nos separa profundamente do Governo é, em geral, a questão dos chamados incentivos financeiros. Pois bem, no problema das pescas, há áreas de incentivos financeiros com as quais não concordamos e seria curioso quantificar os dinheiros que determinadas empresas grandes ao longo destes anos, a título de incentivos, já receberam e a possibilidade que isso lhes deu - e está a dar - de consolidar a sua posição económica no mercado, mas também é importante chamar a atenção que neste sector das pescas criou-se um certo tipo de incentivos para mestres pescadores, que é um tanto inédito e que, digamos, é uma posição aberta em relação à prática geral do Governo. É de facto uma posição mais aberta, mas que parte essencialmente do ponto zero em que o sector das pescas estava. Daí que não vamos atirar grandes foguetes, porque efectivamente não há apoios da oposição, especialmente do PCP, em relação à política das pescas: há sim o reconhecimento

racional do carácter positivo de algumas medidas, como há a condenação de outras atitudes que consideramos incorrectas. Penso que este aspecto é importante.

Para terminar, gostava de fazer um comentário a uma observação do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt sobre as potencialidades do sector das pescas:

- Nós quando pensamos nos sectores da economia, não temos que pensar, forçosamente e obrigatoriamente, se este sector é um sector com tal futuro que tem que ser o primeiro, etc.. Nós temos muito mar à volta (não é propriamente só água, é mar - é um pouco diferente), mar com muitas profundidades, etc., mas tenho ideia que não é, nem será o primeiro sector da economia regional. Mas, obviamente, o que é irracional é não desenvolver esse sector na exacta medida das suas possibilidades. E aqui continuo a insistir, para terminar, no problema da egstão das 12 milhas e no problema concreto do peixe de fundo, porque se efectivamente, em passo acelerado, não é encarada esta questão muito a sério, daqui a meia dúzia de anos não temos que falar dela, porque ela deixou de existir.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido e se esgotou. De forma que vou dar a palavra ao Sr. Deputado Martins de Freitas.

Deputado Martins de Freitas (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

O povo do Pico tem sido, ao longo dos tempos, um povo empreendedor, audaz, de iniciativas arrojadas, não voltando a cara ao trabalho duro que, por vezes, sempre teve de enfrentar, quando o infortúnio lhe surrava os arcaboços duros e hercúleos.

Foi assim ontem e hoje. Sempre foi homem de trabalho, na terra ou no mar. Homens e mulheres, velhos e crianças, a vida inteira foi de labutas imensas, pelas terras pedregosas e calcinadas ou nas costas abruptas e perigosas, quando o mar não permitia (ou ainda não permite) a saída do porto para a pesca artesanal.

E foi grande e é grande no mar. Mar imenso que não raro o surpreende com suas borrascas ou lhe invade as casas e as terras, lhe queima as sementeiras alimentícias ou os "outonos" das pastagens, ou lhe devasta as árvores de fruto em promissora floração.

O mar foi sempre a sua estrada grande, que ele percorre há mais de cinco séculos, nas pequenas e por vezes frágeis embarcações que foi construindo, inventando ou modificando consoante as exigências das tarefas que se dispunha a desempenhar, num arrojado esforço de sobrevivên-

cia que ainda agora não é igualado por seus irmãos ilhéus.

Não será sem razões fortes e feitos comprovados de heroísmo que a Ilha do Pico continua a ser conhecida, por essas terras fora, como a ilha dos marinheiros. E quantos deles não mereciam uma memória destacada para que ficasse perpetuada a sua vida de trabalho e servisse de exemplo forte e perene aos que depois viessem habitar a ilha?

Onde está o monumento ao baleeiro do Pico, por exemplo, que durante anos, primeiro nas baleeiras americanas e depois nas elegantes canoas, tanto labutou por esses mares atlânticos, num autêntico trabalho de escravo, para que a família não passasse fome e a terra pudesse beneficiar das divisas estrangeiras e, nesses anos, eram as únicas que vinham para estas ilhas?

Mas, para que o homem-marinheiro do Pico se fizesse ao mar, teve de construir os seus próprios barcos.

A História regista que um picoense construiu na Prainha o galeão "Trindade" que ofereceu ao rei para pagar os impostos em que se achava alcançado. E o rei aceitou a paga e a nau foi incorporada na Armada Real. Ao longo dos tempos, que não apenas o capitão-mor Garcia Gonçalves Madruga (um português de rija têmpera que foi exceptuado do perdão concedido aos açorianos por Filipe de Castela), se ficou a dever a construção de milhares de embarcações de "alto curso" ou de simples batéis.

E para não alongar em demasia esta minha intervenção, recorro os estaleiros da Aguada, dos Mestres Machado Oliveira; do Mestre Janeiro nos estaleiros da Furna, em Santo António do Pico; do Mestre Fonseca, nas Lajes; do Mestre Experiente, Francisco José Machado, também nas Lajes, e aquele a quem se deve a construção da primeira canoa baleeira, pois as que até então eram utilizadas na pesca eram importadas dos Estados Unidos, e outros, na Calheta, nas Ribeiras, em São Mateus.

Santo Amaro do Pico, é, no entanto, todos o sabemos, o local dos Açores onde a construção naval teve maior expressão nas últimas décadas. É o alfeite açoriano.

Santo Amaro do Pico, foi e é centro importante da construção mas foi também verdadeira escola de construtores. Alguns emigraram para a Califórnia e naquele grande país souberam desenvolver a sua actividade de maneira relevante e invulgar. Recorda-se Manuel Inácio Nunes que em Sausalino instalou o seu importante estaleiro, e para o dirigir se formou engenheiro desenhador de barcos. Lembra-se José Vitorino da Silva, que, na importante firma "Campbell Machine Company", de San Diego é hoje um notável projectista de

atuneiros de ferro, e orientador das respectivas construções.

Outros ainda, na ridente freguesia de Santo Amaro, lá estão na direcção dos estaleiros que restam, com relevância para os mestres João Alberto e Júlio de Matos. Mas, sem desdouro, o maior de todos, aquele que maior número de construções projectou e dirigiu com um talento, uma inspiração e uma meticulosidade inegaláveis; que sabia imprimir nas suas criações segurança e elegância ímpares, desapareceu há semanas.

O MESTRE JOSÉ COSTA - José Teixeira Costa - faleceu e a manifestação grandiosa que foi o seu funeral, foi uma demonstração sentida do respeito, da admiração e da estima que todos lhe tributavam.

Respeito pelo homem que pela humildade do seu trato, pela cortez maneira de conviver com os outros, jamais desejando evidenciar-se como Homem de talento e de inteligência perspicaz, preferindo apagar-se num estado de incompreensível inferioridade que excedia, quantas vezes, a vulgaridade da ambiência social dos nossos tempos.

Admiração que é louvor, pela obra extraordinária que o seu esforço, dinamismo, inteligência e esforço fora do comum, conseguiu realizar num meio que todos sabemos falhos de recursos materiais e humanos. Atrevo-me mesmo a afirmar que o PLANO DA RECONVERSÃO DA FROTA ATUNEIRA empreendido e em realização pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - e já nesta tribuna essa tarefa grandiosa foi honestamente lembrada - não seria possível nem viável sem a ajuda artística, sem a dedicação e a disponibilidade, sem a colaboração preciosa, sem o sacrifício físico - a doença minava-o há tempos - do notável Mestre José Costa.

José Teixeira Costa, um homem que sabia cultivar amizades, qualquer que fosse o grau social do amigo. Um homem que todos estimávamos e admirávamos. Um homem que toda a ilha do Pico conhecia, recebia com amizade e tratava com respeito.

Mestre José Costa, de Santo Amaro do Pico, um picoense que, nas últimas décadas tanto contribuiu para o progresso e desenvolvimento económico da sua terra natal e do sector das Pescas nesta Região, merece ser aqui lembrado, num gesto de homenagem envolto num misto de saudade pela memória, como exemplo de trabalho e de dedicação à terra picoense.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Simas Santos. Previno-o de que, para terminar a hora regimental, já não dispõe de 10 minutos, mas sim de 7, de forma que, pedia-lhe que fosse breve.

Deputado Simas Santos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os avultados prejuízos materiais - felizmente

que não pessoais - provocados pela tempestade que se abateu sobre a Região na noite de 25 para 26 do passado mês de Fevereiro deverão ser mais um motivo de reflexão para todos nós.

A destruição do porto de Santa Maria e os elevados estragos ocorridos na Vila das Lajes do Pico são mais duas provas pungentes da necessidade de acabar, de uma vez por todas, com a improvisação e o fatalismo.

Quando, ainda há bem pouco tempo, nesta mesma casa o meu camarada Manuel Serpa manifestava o seu direito de saber as causas do sinistro do porto de Santa Cruz das Ribeiras, logo houve quem se apressasse a responsabilizar o mar.

E agora?

Vamos ouvir novamente que foi o mar?

Será que vai ser sina dos nossos portos passarem a vida de pernas para o ar e dos açorianos a levarem com o mar pela porta dentro?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há anos sem conta que os responsáveis pelos destinos das Lajes do Pico reivindicam uma adequada defesa da vila. Desde sempre se soube da sua fragilidade face a um mar alteroso, desde sempre os lajenses sentiram na pele o medo do inverno rigoroso e os prejuízos por ele causados.

Só que, desta vez, foi bastante pior do que era habitual. Os prejuízos ascendem a muitos milhares de contos e só não houve perdas humanas a lamentar por pura sorte. Mais uma vez a natureza não poupou as vítimas inocentes de um desleixo e de uma indiferença que tem autores.

E é, precisamente, para combater o desleixo e a indiferença que data de há tantos anos que faço esta intervenção.

Agora que, certamente, não restam dúvidas metafísicas no espírito de quem quer que seja sobre a necessidade urgente de proteger a Vila Baleeira há que tomar decisões. Decisões que terão que ser cientificamente fundamentadas, para não soçobrem a uma rabanada de vento mais forte ou a um mar mais alteroso.

Que se ouçam as pessoas que conhecem bem a área; que se contratem, por critérios de competência, técnicos para estudarem as soluções mais adequadas; que se decida fria e cautelosamente e, se possível, de forma económica.

Mas que não se adie, mais uma vez, a concretização da melhor solução que vier a ser encontrada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Urge dotar a Câmara Municipal das Lajes do Pico dos meios necessários para fazer face aos prejuízos causados aos equipamentos colectivos. Câmara que, dentro dos seus meios limitados, fez imediata frente aos danos de solução mais urgente.

Como urge, também, estudar formas de minorar

os danos causados aos particulares. A comunidade tem, necessariamente, de assegurar que não serão apenas alguns dos seus membros a pagar a factura. Compete ao Governo Regional assegurar os meios necessários à compensação dos cidadãos afectados.

A semelhança do apelo que o meu camarada Ricardo de Barros fez ao Governo da República em 26 de Fevereiro no Parlamento Nacional, venho solicitar ao Governo da Região uma resposta pronta e eficiente.

Deve o Estado democrático afirmar-se pela positiva, assegurando que situações de injustiça, ainda que causadas pela natureza, não perdurem. É isso que o cidadão comum espera de um governo verdadeiramente empenhado na justiça social.

É isso que como deputado, democraticamente eleito pela população do Pico, espero.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria. Só pode usar da palavra por dois minutos.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Espero não utilizar esse tempo.

É apenas para esclarecer a Câmara que, segundo o Governo já anunciou em comunicado, foi decidido tomar medidas de apoio aos prejuízos, não só nas Lajes do Pico, como em todos os locais que foram atingidos recentemente - e os Açores, muito recentemente, têm sido duramente atingidos pela natureza. As medidas já decididas pelo Governo estão em análise, tanto nos meios colectivos, como nos particulares.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos então...

(Neste momento o Sr. Deputado Simas Santos faz sinal a pedir a palavra)

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe que não intervenha, porque terminou a hora regimental e temos aqui assuntos importantes a resolver. Não é que estes assuntos não sejam importantes, mas têm o seu tempo regimental.

De forma que, vamos então passar à **Ordem do Dia**. Há um **requerimento** que deu entrada na Mesa, assinado pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, **pedindo que seja alterada a ordem de trabalhos**, de forma a que se inclua como **primeiro ponto a discussão do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da sua Proposta de Resolução para que, pela Presidência da Assembleia Regional seja dado cumprimento à diligência efectuada pelo Presidente da Comissão dos Assuntos Internacionais, nos termos do nº 2 do artigo 109º do Regimento**.

Vou pôr este requerimento imediatamente à votação, nos termos regimentais.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, passamos então à discussão deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão desta Proposta de Resolução, nos termos dos artigos 147º e 148º do Regimento.

Foi combinado que não haveria apresentação, de forma que está à discussão. Se algum dos Srs. Deputados quer discutir o assunto, faça o favor de se inscrever.

Não havendo inscrições para a discussão, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então ao que passa a ser o ponto nº 2 da nossa ordem de trabalhos, que é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Criação de Serviços, Mobilidade e Contenção de Efectivos"**.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública se quer fazer a apresentação desta Proposta.

(Afirmativa inaudível do Sr. Secretário Regional da Administração Pública)

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Administração Pública (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para uma brevíssima apresentação.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional trata da aplicação à Região do Decreto-Lei nº 41/84, de 3 de Fevereiro, com as adaptações que são consideradas necessárias à sua aplicação à Administração Regional.

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados precisa de fazer pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional, pedia que se inscrevesse agora.

Não havendo intervenções, passamos à discussão na generalidade.

- Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional em causa há um parecer da Comissão Permanente para os Assuntos Políticos e Administrativos.

Pedia aos Srs. Deputados que se inscrevessem para a discussão na generalidade.

Não havendo inscrições, vou pôr à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta na generalidade, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional "Criação de Serviços, Mobilidade e Contenção de Efectivos" foi aprovada por unanimidade na generalidade.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à discussão e votação na especialidade.

Para a votação na especialidade o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assumem as propostas apresentadas pela Comissão e, além disso, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos do Regimento, faz uma proposta para que o texto apresentado seja uma substituição e se discuta só o texto apresentado pela Comissão.

Vou pôr este requerimento também à votação.

Os Srs. Deputados que concordam que se discuta com base unicamente no texto da Comissão, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então a discutir este texto da Comissão.

Foi também entendido com os presidentes dos grupos parlamentares e os representantes dos partidos, numa reunião com a Mesa da Assembleia, que a votação e discussão na especialidade se faria por grupos de artigos.

Pedia aos partidos que apresentassem à Mesa os artigos, da versão que vai ser discutida na especialidade, que querem discutir e votar separadamente. Já tenho essa indicação do Partido Social Democrata e do Partido Socialista. Pedia ao CDS e ao PCP que se têm alguma proposta fizessem o favor de apresentar.

(Negativa inaudível dos Srs. representantes do CDS e PCP).

Presidente: Vamos então passar à discussão na especialidade sobre o artigo 1º da proposta apresentada pela Comissão. Esse artigo 1º consta de um desenvolvimento em 38 artigos. Desses 38 artigos não estão agora em discussão, nem depois em votação, o artigo 23º, que o Partido Socialista pretende discutir; o artigo 34º e o artigo 37º, que o Partido Social Democrata pretende discutir. De forma que, estão abertas as inscrições para a discussão, na especialidade, do artigo 1º e os subsequentes artigos até ao 38º, menos o 23º, o 34º e o 37º.

Se não há inscrições, vou pôr à votação estes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 1º e os seus subsequentes, exceptuando-se o 23º, o 34º e o 37º, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora está aberta a inscrição para a discussão do artigo 23º, que o Sr. Secretário vai fazer o favor de ler, com a proposta de alteração para o nº 3, que depois se lerá.

Secretário: Artigo 23º.

(Foi lido)

Presidente: Para o nº 3 deste artigo existe uma proposta de alteração.

Secretário: A proposta de alteração para o nº 3 do artigo 23º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é do seguinte teor:

"3. Quando efectuado por conveniência de Serviço, a transferência não poderá fazer-se para lugar situado fora do concelho contíguo do lugar de origem, a menos que se verifique o acordo do funcionário a transferir".

Presidente: Sobre este artigo e esta proposta de alteração para o nº 3, está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista resolveu apresentar esta proposta de alteração unicamente para contemplar o caso específico da Ilha de S. Miguel, que é a única ilha que tem concelhos não contíguos e onde a transferência de funcionários pode revestir-se de algum melindre relativamente às situações especiais daqueles que estiverem em causa nessas transferências.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD aceita a redacção proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas numa perspectiva de Açores. Portanto, em vez de ficar como era aqui sugerido "a transferência não poderá fazer-se para lugar situado fora da ilha" ficará "...para lugar situado fora do concelho", mas não exclusivamente pensando no caso de S. Miguel - pensando no caso das outras ilhas dos Açores que também têm concelhos, pois o Decreto é Legislativo Regional.

Presidente: Continua à discussão.

Se não há mais intervenções, vamos então votar.

Votaremos o artigo 23º, com excepção do nº3.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 23º, exceptuando o seu nº 3, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora votaremos a proposta de alteração para o nº 3, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o nº 3 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então ao artigo 34º.

Secretário: Artigo 34º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo 34º o Partido Social Democrata apresenta uma nova redacção para o nº 2.

Secretário: "2 - Aos funcionários e agentes referidos no número anterior será atribuída uma pensão correspondente ao número de anos de serviço efectivamente prestados, acrescido este de uma bonificação de 5% até ao limite de 36 anos".

Presidente: Sobre este artigo e esta proposta de redacção para o nº 2 está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Partido Social Democrata apresenta visa apenas pôr de acordo a proposta que neste momento se está apreciando e aprovando com a lei actual que existe a nível nacional. Efectivamente, o Decreto-Lei que nós estamos aplicando à Região Autónoma dos Açores neste respeito já foi alterado pelo Decreto-Lei nº 100-A/87, de 5 de Março, e portanto nós não poderíamos estar a legislar para a Região Autónoma dos Açores de modo diverso daquilo que está legislado a nível nacional. Por outro lado, nós temos conhecimento que, de facto, os processos dos funcionários na Região, que deram início ao seu processo de aposentação no ano de 86, foram resolvidos já de acordo com a legislação nacional e por acordo entre os executivos, de forma que neste momento, e dado que só agora é que estamos a pôr em prática o diploma nacional, teríamos necessariamente de ter em conta esta nova alteração, porquanto esta disposição do Decreto-Lei de 84 já se encontra derogada pelo Decreto-Lei nº 100-A/87, de 5 de Março. Trata-se apenas de pôr a Lei Regional de acordo com a Lei Nacional.

Presidente: Continua à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora na intervenção do Sr. Deputado Borges de Carvalho houve uma questão que para mim não ficou clara, relativamente à qual eu tinha intenção de fazer perguntas ao Sr. Secretário, e que envolvia a situação dos interessados nessa legislação, dependentes da Administração Regional: era se havia ou não acordo de eles beneficiarem da mesma, ao abrigo da legislação nacional. O Sr. Deputado referiu alguma coisa sobre esse aspecto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presiden-

te, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que neste caso quem poderá informar mais concretamente será o Sr. Secretário, mas, porque a informação já me foi dada, também poderei informar.

Suponho que existiriam à volta de 200 casos, na Região Autónoma dos Açores, de funcionários na situação de poderem beneficiar da legislação vigente e até do Decreto-Lei nº 100-A/87. Todos esses casos, pela informação que tenho e por solução encontrada entre o Governo Regional e o Governo da República, estão resolvidos e portanto as pessoas passarão à aposentação com uma bonificação, que estava estipulada, isto é, salvo erro, de 20%. Por conseguinte, essas situações estão inteiramente resolvidas e se não fosse esta informação creio que nós teríamos mesmo uma disposição transitória, em que, para solucionar os casos que já deviam ter sido abrangidos no ano de 86, aplicar-se-ia os 20%; para os casos futuros, nomeadamente a partir da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 100-A/87, seria os 5%, que é a disposição que existe para todo o território e que, como se sabe, nesta matéria é Lei Nacional, é Lei da República e é Lei Geral, aplica-se, indistintamente, a todos os funcionários.

Mas, como temos a informação (e certa, segundo aquilo que nós sabemos) de que efectivamente todos os casos estão solucionados, não é necessário consagrarmos aqui uma disposição transitória para contemplar esses casos, e então adequamos já o nosso Decreto Legislativo Regional à Lei que já existe neste momento a nível nacional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma vez dado esse esclarecimento, pessoalmente, querfamo-nos congratular com o facto de a Administração Regional ter finalmente encontrado a forma correcta de encerrar esse contencioso que efectivamente vinha afectando justas aspirações de muitos funcionários da nossa Região.

Eu perguntaria, neste caso, ao Sr. Secretário, o seguinte:

- Em termos práticos e em termos, digamos, burocráticos, quando é que se prevê que os funcionários possam beneficiar dessa medida?

- A situação, segundo percebi, está politicamente resolvida. Agora, em termos processuais, pergunto se a mesma terá também um desfecho tão rápido quanto será razoável esperar num caso desses.

- O Sr. Secretário poderá informar a Câmara de prazos previsíveis para essa situação?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, efectivamente, não posso, com precisão, informar o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quando é que os processos ficarão definitivamente resolvidos - é um processo agora burocrático, que se desenrola na Caixa Geral de Aposentações - mas penso que numa primeira fase eles serão desligados do serviço, e nessa altura começam já a beneficiar da sua reforma, e posteriormente (penso que no fim deste ano isso será efectivado) serão efectivamente aposentados. Penso que é uma questão de poucos meses.

Em relação a 1987, como se verá no próprio diploma, e na mesma linha do que vem estabelecido no Decreto-Lei nº 100, o Governo Regional irá determinar quais são as categorias que irão ser abrangidas por esta aposentação voluntária, que, obviamente, não é um abaixamento da idade de reforma, não é estendida a todos os funcionários públicos: será, como medida de descongestionamento da administração que é, apenas referente às categorias que irão ser determinadas pelo Governo Regional e que se consideram empoladas e por isso susceptíveis de medidas de congestionamento.

Presidente: Continua à discussão.

Se não há mais inscrições, vamos então votar o artigo 34º com a nova proposta de redacção para o nº 2.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 34º, com a nova proposta para o nº 2, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então ao artigo 37º.

Secretário: Artigo 37º.

(Foi lido)

Presidente: O Partido Social Democrata propõe uma nova redacção para a alínea d).

Secretário: "d) Lugares dos gabinetes do Presidente da Assembleia Regional e dos membros do Governo Regional".

Presidente: Sobre este artigo e esta nova redacção da alínea d) está aberta a discussão.

Se não há inscrições, vamos então votar. Votaremos o artigo 37º com a nova redacção da alínea d).

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 37º, com a nova redacção da alínea d), foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passaremos agora à discussão e votação dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 7º, uma vez que não há propostas de alteração para os mesmos.

Estão à discussão estes artigos.

Se não há inscrições, vou pôr à votação este

conjunto de artigos, ou seja, os artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 7º.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Os artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 7º, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão do artigo 6º.

O Grupo Parlamentar do PSD já mostrou a intenção de apresentar uma proposta de alteração a este artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, se me permitisse, nós iríamos formalizar de seguida a nossa proposta, mas entretanto já podia anunciá-la. É uma questão meramente formal.

Como os Srs. Deputados sabem, o artigo 4º, que diz respeito à "entrada em vigor do sistema de descongelamento de admissões", refere que "durante o ano de 1987 mantém-se em vigor o disposto nos artigos 1º, 2º e 5º, do Decreto Legislativo Regional nº 3/84/A, de 13 de Janeiro".

Ora, o artigo 6º, tal e qual como está, pura e simplesmente revogava o Decreto Legislativo Regional nº 3/84/A e por conseguinte havia aqui uma contradição.

Portanto, trata-se de uma proposta de aditamento à alínea c) do artigo 6º, que passo a ler:

"c) O Decreto Legislativo Regional nº 3/84/A, de 3 de Janeiro, sem prejuízo do disposto no nº 1 do artigo 4º".

Isto para salvaguardar a vigência dos três artigos que atrás citei.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este artigo e esta proposta de alteração.

Não havendo intervenções, vamos então votar. Votaremos o artigo 6º e a proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 6º e a proposta de alteração foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão para a redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo para uma declaração de voto.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que acabamos de aprovar foi, à semelhança das duas outras Propostas que apreciaremos ainda, respeitantes à Administração Pública Regional, objecto de algumas horas de debate no seio da Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos, e, inclusivamente, na última sessão plenária desta Assembleia.

Numa reflexão conjunta que envolveu predominantemente o PS, o PSD e os técnicos e o pessoal

dirigente da Secretaria Regional da Administração Pública que conosco cooperaram, foi inclusivamente possível, da nossa parte, fazer acolher a generalidade das nossas preocupações e incluí-las nos articulados que agora serão apreciados na especialidade.

A iniciativa legislativa que se encontra em debate é agora para o PS um documento que obedece a um rigoroso debate sobre o seu enquadramento constitucional e estatutário, e, por requerimento oportunamente apresentado pelo PS, foi possível envolvê-la e considerá-la à luz dos pareceres de um conjunto de entidades representativas dos trabalhadores do sector, o que não havia acontecido quando requeremos a sua baixa à Comissão.

Assim, se acolhido num direito regional um novo ordenamento que recria os instrumentos e as condições para, convenientemente utilizadas, assegurarem o dinamismo interno e externo da nossa Administração Pública, quer quanto à mobilidade dos seus agentes e funcionários e dos serviços, quer quanto à sua relação com o utente e o seu peso no aparelho público, com vista, estima-se, a fazer prevalecer critérios e situações de maior racionalidade e eficácia.

Este Decreto Legislativo, através do qual, de resto, se faz aplicar à Região legislação pré-existente no direito nacional, não representa por si mesmo, nem em conjunto com as que se lhe seguirão, uma solução para a gestão dos recursos humanos na Administração Regional, nem uma marcação dos seus principais objectivos. Como lei reguladora de meios e instrumentos, ela disciplina-as de forma globalmente mais favorável e pormenorizada mas estabelecendo-as para uso da política governamental que foi decidida para o sector.

Mas, aguardamos, certamente, que, com estes instrumentos recriados de mobilidade e contenção de efectivos, seja possível recriar na óptica governamental para a gestão da Administração Regional novos fundamentos para a criação e reestruturação de serviços e quadros de pessoal e para a admissão de pessoal injustificadamente não vinculado, no exercício de uma política de descongestionamento de certas áreas e serviços.

É com este entendimento que deve ser considerado o nosso voto favorável e a nossa máxima responsabilidade no parecer e propostas que estão presentes oriundas da Comissão Parlamentar que discutiu a proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, se não há mais declarações de voto, passamos então ao ponto nº 3 da nossa ordem de trabalhos, que é o **Relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, ao abrigo da alínea a) do artigo 31º**

do Regimento sobre "Zona Franca de Santa Maria".

Pergunto ao Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros se pretende ler este relatório.

(Negativa inaudível do Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros)

Presidente: Então, está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, com a participação activa de outros deputados, elaborou um relatório sobre a chamada Zona Franca de Santa Maria, que tem que ser incluído entre os documentos mais relevantes produzidos por Comissões desta Assembleia na presente legislatura.

Ouvidos que foram o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria e o Director do Gabinete de Promoção e Investimentos a Comissão estabeleceu algumas importantes conclusões.

Agora é a altura própria para se fazerem as leituras políticas dessas conclusões e para se afirmarem algumas posições sobre o significado, os objectivos e as eventuais consequências deste projecto e de toda a evolução deste processo.

O projecto da Zona Franca de Santa Maria surge no panorama político regional como a alternativa verbal que o Governo inventou para "compensar" Santa Maria das medidas tomadas no âmbito da chamada política aérea dos Açores. Esta situação que há muito é denunciada, quer por forças políticas da oposição, quer por largos sectores da população de Santa Maria, encontra no presente relatório da Comissão uma forte fundamentação, nos pontos 1 e 2 das conclusões. A importância política do assunto merece um aprofundamento suplementar. Assim conclui-se da leitura dos citados pontos que não só a decisão de criar a Zona Franca foi tomada sem qualquer estudo de viabilidade - o que pelo menos é leviandade - como decorreram três anos até se iniciarem esses estudos. Reparando melhor conclui-se que o 2º Governo decidiu, sem qualquer estudo, criar a Zona Franca, e apenas o 3º Governo avançou com o estudo de viabilidade.

É bom que nesta Casa se fale claro para que nos possamos entender - como gosta de dizer o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Então entendamo-nos: a Organização Regional do PCP acusa formal e publicamente o 2º Governo Regional, presidido como o 1º e o 3º, pelo Dr. Mota Amaral, de ter criado a Zona Franca de Santa Maria como um mero objectivo eleitoralista e de influência, tendo recorrido a esse expediente propagandístico como forma de procurar conter o descontentamento que alastrava nessa ilha.

O ano de 1982, foi ano de eleições autárquicas, e tal atitude tomada por um Governo não pode ser senão classificada como demagógica, manipuladora do entendimento dos cidadãos e democraticamente inaceitável. Nem o facto de ter sido publicado nesse ano pelo Governo da República o Decreto-Lei nº 34/82 a autorizar a criação da Zona Franca de Santa Maria anula o que se disse, pois só no Decreto-Lei 501/85 veio a estabelecer os incentivos fiscais.

Criar uma Zona Franca é uma decisão política de carácter económico mas, tudo o indica, os únicos dados concretos que o Governo Regional ponderou foram os dados eleitorais da Ilha de Santa Maria.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Prossequindo a análise das conclusões do relatório, verificamos, no ponto 3, que esta Assembleia, ao aprovar em 13/9/86 o Decreto Legislativo Regional nº 21/86/A o fez pensando ainda numa Zona Franca de Santa Maria. Assim decorre o facto de tal Decreto Legislativo Regional "não ter como princípio básico e fundamental a criação das denominadas sub-zonas". (citei o ponto 3 das conclusões).

Na data da audição do Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria pela Comissão aguardava-se a publicação do novo Decreto-Lei que, anulando a decisão anterior, cria a possibilidade das chamadas sub-zonas, conforme se explica no ponto 4 das conclusões.

Continuemos a falar muito claro. Depois de se ter avançado com a ideia da Zona Franca de Santa Maria como ideia regeneradora e salvadora da vida económica mariense e como a chave das chaves para resolver os sentidíssimos problemas, cria-se em 86 a ideia, a concretizar em 87, de alargar a Zona Franca a outros locais, consumando-se assim mais um episódio pouco edificante onde o logro político anda a par e passo com a demagogia. A população da Ilha de Santa Maria, nem a de qualquer outro sítio, merece ser tratada assim.

Entretanto o ponto 5 das conclusões informa-nos que foram dados passos importantes nomeadamente no que toca à promoção, e negociação da gestão da futura Zona Franca que a partir de agora, e para que falemos claro, não voltarei a designar como sendo de Santa Maria.

O estudo da viabilidade da Zona Franca esteve a cargo da empresa J. Royal Parker, Ass. dos EUA, que mais tarde veio a integrar o consórcio para a Zona Franca. Pode pois concluir-se que de certo modo a Região pagou à J. Royal Parker, para essa empresa ver se lhe convinha interessar-se por esta hipótese de actividade no estrangeiro.

As conclusões do 6 e 7 pontos dão conta dos avanços havidos na elaboração do contrato de concessão e nos trabalhos de prospecção de actividades e marketing realizados.

As informações do Sr. Secretário do Comércio e Indústria permitem concluir que terá sido ao longo desses trabalhos que membros do consórcio se terão mostrado interessados na criação de sub-zonas, como forma de viabilização do projecto, na perspectiva do interesse dessas empresas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Chamo a vossa atenção para o facto de, **a ser assim**, e com certeza assim o é porque foi o Sr. Secretário que o disse, então a Zona Franca, anunciada pomposamente para Santa Maria, em 82, **se calhar nunca foi viável como tal**, o que agrava imensamente as sucessivas atitudes do Governo e do PSD sobre este assunto.

Esta conclusão resulta do facto de serem hoje membros do consórcio a invocar a necessidade das sub-zonas em nome da viabilidade.

Uma Zona Franca é, por definição, um espaço limitado, em relação ao qual se praticam regimes, especialmente fiscais e aduaneiros, diferentes do que no restante território. Esta prática é justificada quando se pretende atingir determinados objectivos, motivados por uma conjuntura bem localizada.

As referências precedentes servem para chamar a atenção para o ponto 8 das conclusões, no qual só diz (e passo a citar) "A criação de sub-zonas pode originar um certo conflito de interesses entre actividades e empresas já instaladas na Região e as que venham a ser licenciadas ao abrigo deste direito de estabelecimento em outras zonas da Região que não só Santa Maria" (fim de citação). O problema aqui posto é de enorme importância, pois ao criar-se a possibilidade da existência das sub-zonas, está-se não só, a pôr de parte o conceito clássico de Zona Franca, como se está a criar a possibilidade de haver enormes atropelos à realidade económica regional e à sua evolução natural, através da entrada na Região em larga escala de capital estrangeiro, ainda por cima com regimes fiscais, aduaneiros e de apoio financeiro muitíssimo mais vantajosos.

Tem razão a Comissão ao alertar para esta questão e ao reclamar no ponto 9 das conclusões que urge "harmonizar os interesses existentes" com os que vierem a surgir.

Não faltarão, claro, os que me irão dizer que os perigos apontados não se concretizarão, pois o Governo Regional está atento. E está tão atento que até queria que o novo Decreto-Lei fosse regulamentado por um Decreto Regulamentar Regional quando tem que o ser por um Decreto

Legislativo Regional. Atenta esteve, sim, a Comissão pois na sua conclusão nº 10 registou essa "distracção".

O problema posto nos pontos 8 e 9 é tão importante que no ponto 11 a Comissão alerta para a necessidade de se regulamentar, com rigor, o direito de estabelecimento ou seja a criação das sub-zonas, insistindo nos pontos 12 e 13 na profunda diferença que há entre o projecto actual e o inicial, quer ao dizer que o Decreto Legislativo Regional sobre incentivos financeiros pode ter que ser adaptado à nova realidade, quer ao dizer que o Projecto da Zona Franca deixou de ser "um objectivo de política conjuntural" para ser um objectivo de política económica para os Açores.

A 14ª e última conclusão recomenda que esta Assembleia prossiga com o acompanhamento deste projecto e, em nome da Organização Regional do PCP, gostaria de acrescentar ser de muita importância que toda a população dos Açores não perca a evolução deste processo, pois à medida que ele vai evoluindo vai-se transformando em algo cada vez mais potencialmente gravoso para os interesses desta Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deliberadamente fiz uma digressão, embora breve pelas 14 conclusões do relatório.

Essa digressão justifica-se não só pela relevância dessas conclusões, mas principalmente, por ser necessário e urgente ver-se, com clareza, que Zona Franca, Zonas Francas, ou que Região Franca estão em preparação.

O direito de estabelecimento (ou seja as sub-zonas) correspondem ou visam satisfazer que interesses? Que conceito tem o Governo Regional de economia aberta ao capital estrangeiro? Pretende-se captar o investimento, ou pretende-se, antes, praticando em larga escala concessões fiscais, aduaneiras e financeiras iniciar um processo de entrega da economia regional a interesses estrangeiros? Que se visa com este tipo de política? Visa-se aumentar o Produto Interno sem cuidar de introduzir maior justiça nos mecanismos de distribuição da riqueza produzida? Visa-se não só cativar o capital estrangeiro através dos incentivos fiscais, aduaneiros e financeiros, mas também através do facto da mão de obra ser mais barata? Mas esse capital, que vem para investir pouco, porque tem incentivos financeiros, que vem para deixar pouco na Região porque tem incentivos fiscais e aduaneiros, que vem, se calhar, para nem deixar todo o trabalho que compra porque pode ter certos "incentivos" para salários; esse capital estrangeiro que vem então cá fazer?

Investir será muitíssimo pouco e levar para fora da Região, tudo indica, será muito, mas mesmo muito.

Todas estas questões que aqui se deixam têm que ser entendidas como alertas.

Alerta em relação aos perigos de uma política económica, que já deu provas de ser inadequada e pode estar em vésperas de resvalar para graves aventureirismos.

Alerta em relação aos perigos que correm todos os que vivem da venda da sua força de trabalho e que podem estar em risco de ver a sua situação agravada com a introdução de esquemas verdadeiramente implacáveis para os trabalhadores.

Alerta em relação ao perigo que se corre de, em nome de um pretenso desenvolvimento, podermos estar em vésperas de uma verdadeira entrega da economia regional a interesses que nada têm a ver com os Açores e com os Açorianos.

A Organização Regional do PCP continuará a seguir, com toda a atenção, este processo e a todo o momento tomará as posições que lhe parecerem mais adequadas no sentido de contribuir para que sejam salvaguardados os interesses regionais, quer económicos, quer sociais, quer laborais.

Este projecto que começou por ser demagógicamente apresentado como uma solução apropriada à conjuntura de Santa Maria, agora é, tudo o indica, um presente apetitoso para uns poucos mas altamente envenenado para a maioria do Povo dos Açores.

Disse.

Muito Obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Srs. Deputados, tenho aqui mais duas inscrições.

O Sr. Deputado Madruga da Costa pede a palavra para?...

Deputado Madruga da Costa (PSD):...para protestar, Sr. Presidente.

Presidente: Então, tem a palavra para o efeito.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria protestar, relativamente a esta intervenção do Sr. Deputado Decq Mota, pela forma como ele a apresentou.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que (e até nessa altura ainda era membro do Governo quando foi criada a Zona Franca de Santa Maria) não se moveu o Governo, nem este partido, porque não é seu hábito, nem costume, por questões de ordem demagógica. Fico pasmado quando o Sr. Deputado Decq Mota fala em demagogia do Governo e arquitecta a sua intervenção com expressões como estas: "se calhar; talvez; veremos". Bom, o que me parece é que, fazer uma intervenção como acabou o Sr. Deputado Decq Mota de fazer, em que procura, à volta das conclusões da Comissão, tirar conclusões arquitectadas em pressupostos do "se calhar" (se calhar a empresa veio; se calhar a empresa não veio), isso é que será

talvez fazer demagogia. O Governo Regional, ao criar a Zona Franca de Santa Maria, está no convencimento de que este será um instrumento capaz de criar postos de trabalho em Santa Maria.

Também gostaria de referir aquilo que o Sr. Deputado Decq Mota há pouco falou, quando se referia, em termos que eu na altura classifiquei de concordantes com a política governamental no sector das pescas, à flexibilidade. Bom, pretendemos que as coisas sejam flexíveis em determinados sectores e que noutros deixem de o ser. Pergunto ao Sr. Deputado Decq Mota se é preferível flexibilizar as questões que se referem à Zona Franca ou se é preferível ficar numa zona fechada, comprometendo a Zona Franca. Porque se se chegar à conclusão - e temos que o dizer com muita clareza - que a viabilização de uma Zona Franca nos Açores passa pela criação de subzonas, penso que seria perfeita irresponsabilidade deste Governo, ou doutro qualquer, querer fechar-se em posições anteriormente assumidas só porque as havia assumido anteriormente.

Além disso, era bom que a gente fizesse sobre estas matérias um pedaço de história. Não sei se o Sr. Deputado Decq Mota se lembra do início de funções do Sr. Eng^o Correia da Cunha, quando aqui esteve como Membro do Governo Regional e se começou a falar na questão das Zonas Francas e até nessa altura se falava na criação (penso que há muita gente que se lembra disto) de três Zonas Francas: uma zona industrial; uma zona de serviços e uma zona de comércio. Bom, estes eram os primeiros passos que se davam nesta matéria.

Creio que a solução que é encontrada é uma solução que parece lógica e não demagógica!

Por outro lado, penso que é importante referir (e o Sr. Deputado parece que na sua intervenção o confunde) o seguinte: se a Zona Franca for só em Santa Maria, está certo e aí o capital privado estrangeiro pode vir e virá sem perigo; se houver criação de subzonas noutras zonas da Região, aí então começa o grande perigo da entrada de capital estrangeiro na Região. Bom, penso que não é assim! Penso que, na verdade, com os cuidados que estas coisas merecem (e o Sr. Deputado Decq Mota já se adiantou, dizendo que na verdade o Governo Regional está tendo - e tem tido!), é preferível garantir a viabilidade de uma situação desta natureza, do que, à partida, fechar as portas a que ela seja viável. Além disso Sr. Deputado, voltar com a questão da situação da política aérea e as suas relações com a Zona Franca, penso que é uma falsa questão - e o Sr. Deputado sabe-o! O Sr. Deputado nasceu numa terra que já teve variadíssimas actividades, que como habitualmente - e este é o drama das ilhas - servem enquanto se usam; quando não se usam deixam de servir. A criação da Zona

Franca de Santa Maria não corresponde a criar nada no lugar de: corresponde a criar uma situação concreta de possibilidade de desenvolvimento para Santa Maria. De resto, em termos de política aérea, toda a gente o sabe e quem o quiser apreciar convenientemente sabe da razão que nesta matéria assiste ao Governo Regional.

Finalmente, Sr. Deputado, gostaria de referir que estamos convictos de que a clareza com que este processo tem sido elaborado, os trabalhos que à volta dele têm sido feitos, as declarações que o Governo sobre ele tem sucessivamente feito para a opinião pública, são a prova de que se está a trabalhar com transparência, sem os "fantasmas" que o Sr. Deputado pretende fazer crer, vendo em tudo isto uma tenebrosa artimanha para prejudicar o Povo dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para contraprotestar.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Obviamente que tenho que contraprotestar. Contraprotestar, em primeiro lugar, pela forma. O Sr. Deputado Madruga da Costa iniciou o seu protesto, dizendo que protestava pela forma como eu tinha feito a intervenção e eu contraprotesto veementemente pela forma como ele fez o seu protesto - forma que nem sequer é habitual no Sr. Deputado Madruga da Costa. Ouviu um "se calhar" e pegou nesse "se calhar" e se calhar meteu-o mal!...

Deputado Madruga da Costa (PSD): Pelos vistos não meti!

O Orador:...Associou-o à questão da empresa. Eu gostava de frisar que, relativamente ao problema da empresa, o que disse, muito claramente, foi o seguinte: "Pode pois concluir-se que de certo modo a Região pagou à J. Royal Parker, para essa empresa ver se lhe convinha interessar-se por esta hipótese de actividade no Estrangeiro". Não está aqui "se calhar" nenhum! O "se calhar" está mais abaixo, Sr. Deputado! O "se calhar" está aqui: "..., então a Zona Franca, anunciada pomposamente para Santa Maria, em 82 **se calhar nunca foi viável como tal,...**". E o "se calhar" é apropriado porque é exactamente a empresa que estudou a viabilidade da Zona de Santa Maria, que vem agora argumentar junto do Governo Regional que para ela ser viável tem que ter o direito de estabelecimento, portanto, tem que ter sub-zonas. Então, Sr. Deputado, se calhar nunca teria sido viável e então vê-se a importância e a gravidade do facto da Zona Franca ter sido decidida em 82 - parece que da forma mais correcta, de acordo com o que diz o então Membro do Governo e actualmente Sr. Deputado Madruga da Costa - de forma imprópria.

Se é verdade que as empresas do consórcio hoje dizem ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria que precisam do direito de estabelecimento para poder ser viável, então, se calhar, não seria viável nunca em Santa Maria.

Outra questão que o Sr. Deputado levanta é: a Zona Franca em Santa Maria não seria prejudicial e aqui seria.

Eu penso que fundamentei isto com clareza. Eu, por vezes, tenho a tendência de falar um pouco depressa. Levo à conta disso o facto de o Sr. Deputado não ter eventualmente apanhado todo o raciocínio, porque, efectivamente, uma Zona Franca é, por definição e no conceito clássico, um espaço limitado - e até limitado fisicamente - e para fazer face a situações de uma conjuntura localizada - é esta a definição. Isto evoluiu nalgumas partes, mas evoluiu exactamente quando se pretende generalizar uma prática de captação de determinados investimentos em condições favoráveis e é exactamente aqui que toca o ponto: é ver se esta questão interessa ou não à Região, na perspectiva dos trabalhadores e na perspectiva dos investidores.

Todas as maiores empresas desta Região estarão descansadas com esta perspectiva? Eu não acredito que estejam, Sr. Deputado, porque não podem estar! Pode-se gerar aqui uma situação altamente preocupante para os interesses económicos estabelecidos e que funcionam de acordo com as regras e com o nosso enquadramento constitucional de legislação económica, etc.. Pode acontecer isto!

E penso que o relatório, embora, obviamente, de uma forma ponderada e pensada, reflecte muito bem este tipo de preocupações no seu ponto 8 e salvo erro no 11..

Portanto, seria profundamente incorrecto escamotear esta questão, como seria profundamente incorrecto pôr de lado as questões que eu ponho na parte final da intervenção e que ponho - e disse-o - em forma de alerta e não como conclusões finais ou últimas. E estou convicto que muitos dos Srs. Deputados, independentemente da bancada onde estejam, pensam que esses alertas têm razão de ser e que são elementos a ponderar!

Eu gostava de referir, para terminar, o problema da clareza, Sr. Deputado Madruga da Costa. Se há coisa pouco clara na vida política dos Açores nos últimos anos, foi este! Mas gostava de dizer, para que nos entendamos, que apreciei claramente - e disse-o na altura e gostava de o dizer aqui publicamente - a forma de facto clara que o actual Sr. Secretário do Comércio e Indústria abordou estas questões na Comissão. É um facto que merece ser registado. E merece ser registado fundamentalmente por uma razão: porque contrasta marcadamente com a forma pouco clara que até ao momento este processo tinha sido levado.

Recordo-me, como observador atento da vida política e não só, da forma pomposa com que alguns membros do então II Governo Regional foram a Santa Maria, fizeram declarações e anunciaram a Zona Franca - anunciaram a Zona Franca como forma de regenerar a situação difícil em que Santa Maria se encontrava! Todos nós nos recordamos disto! E então apura-se que tudo isso é feito sem o estudo de viabilidade, Sr. Deputado.

Dizer que isto é trabalhar com clareza, não é verdade! Daí que eu me permita tirar a conclusão de que os únicos dados que foram estudados em relação à decisão foram exactamente os dados eleitorais de Santa Maria, porque foi no ano de 82 que houve eleições e sabe-se as dificuldades eleitorais do PSD em Santa Maria!

Permito-me tirar, com legitimidade, esta conclusão, até porque o Secretário Regional (e é pena que não esteja aqui hoje!), que era do Comércio e Indústria nessa altura, é Secretário-Geral do PSD dos Açores e é fundamentalmente um político e portanto (não tenho dúvidas de o dizer e peço que lhe transmitam isto) desviou os olhos dos livros da economia para os livros dos dados eleitorais!

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vou considerar este protesto e este contraprotesto como pedidos de esclarecimento e os respectivos esclarecimentos, porque senão não têm enquadramento regimental.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tinha pedido a palavra para, inicialmente, dar alguns esclarecimentos a esta Câmara sobre alguns avanços que se produziram posteriormente à elaboração do relatório e aos contactos que tive com a Comissão.

Queria informar oficialmente esta Câmara, daquilo que ela já tem conhecimento, até pela própria publicação, de que foi publicado no Diário da República, I Série, de 5 de Fevereiro, o Decreto-Lei nº 63/87 que concede benefícios fiscais às empresas cuja instalação venha a ser autorizada na Zona Franca de Santa Maria. Aquilo que estava anunciado como tendo sido solicitado pelo Governo Regional ao Governo da República, e que se aguardava para breve, efectivamente foi publicado. O Decreto foi aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Dezembro, mas só foi publicado na data referida.

Aproveito também a ocasião (e não me inscrevi entretanto para protesto, porque já estava inscrito para informações públicas e o Sr. Deputado Madruga da Costa apresentou a situação com clareza)

para proceder aqui a alguns esclarecimentos, esclarecimentos esses que já tive ocasião de dizer, não só na Comissão, como nesta Câmara e até directamente à população de Santa Maria que quis assistir - como tive aqui ocasião de dizer há 3 dias - a uma conversa aberta que tive durante duas ou três horas - as horas que quiseram fazer perguntas a mim e ao Dr. Mário Fortuna, responsável pelo Gabinete de Promoção e Investimentos e pela implementação da Zona Franca de Santa Maria.

É evidente que o estudo de utilidade/viabilidade da Zona Franca de Santa Maria só poderia ser feito com rigor e com alguma credibilidade no momento em que a adesão de Portugal à CEE era uma realidade. Até aí, a viabilidade/utilidade da Zona Franca era uma intenção válida, mas duvidosa, na medida em que só poderia efectivarse na sua plenitude com esta adesão.

Não nos esqueçamos, meus senhores, que a viabilidade da Zona Franca de Santa Maria é virada para o mercado europeu, para indústrias que queiram concorrer ao mercado europeu, pela localização da Zona Franca de Santa Maria no sítio onde ela está, num País que é membro de direito da Comunidade.

Não considero, portanto, que o atraso na execução desse estudo tenha qualquer outra razão de ser. Aliás, a decisão apodada de eleitoralista, se o foi, não tem o resultado que o Sr. Deputado poderia fazer crer surgir.

Disse também o Sr. Deputado Decq Mota que, provavelmente, a viabilidade da Zona Franca de Santa Maria não existiria sem sub-zonas.

O estudo de viabilidade executado apontou para a viabilidade da Zona Franca de Santa Maria sem (deixem-me usar o nome consagrado embora não seja efectivamente o nome correcto) o estabelecimento das sub-zonas. Todavia, esse estudo indicou que a Zona Franca seria mais facilmente implementada, com um custo de instalação mais razoável, com um rendimento global, para a Região, mais importante, se fosse permitido o direito de estabelecimento noutros locais da Região Autónoma dos Açores.

É evidente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Governo não pagou à J. Royal Parker para ela se associar e implementar a Zona Franca de Santa Maria. Essa é uma afirmação - se me permite, Sr. Deputado - demagógica.

O estudo da Zona Franca foi feito consultando-se várias empresas, tendo sido, antes dessa consulta, ouvido um patrício nosso, o Sr. João da Ponte, que é o responsável pelo Departamento de Zonas Francas dos Estados Unidos da América, que nos indicou (exactamente pelo desconhecimento que tínhamos de quais seriam as empresas mais indicadas para fazer esse estudo) uma série

de empresas que estariam em condições de o fazer. Tive também ocasião, várias vezes, de afirmar e de esclarecer essa situação.

A J. Royal Parker ofereceu as melhores condições: fez um estudo dentro dos prazos; apresentou esse estudo, estudo esse que foi também analisado pela mesma entidade, Sr. João da Ponte, que, aliás, assistiu e participou no Conselho do Governo em que foi apresentado o relatório final do estudo da firma J. Royal Parker Associated, e o que resultou daqui, Sr. Deputado Decq Mota e Srs. Deputados, foi que a empresa que fez esse estudo concluiu pela sua viabilidade, de tal maneira que ela própria se interessou por participar na implementação e gestão dessa Zona. Eu próprio tive ocasião de fazer uma pergunta muito concreta à firma J. Royal Parker Associated numa reunião que, algures no ano passado, tive com o grupo interessado - e aqui aproveitaria também a oportunidade para corrigir: é que não vai ser um consórcio de empresas, mas sim uma empresa que irá ser concessionária da Zona Franca, tive ocasião, repito, de fazer essa pergunta muito concreta, ou seja, quando começou a apreciar a possibilidade e a necessidade das sub-zonas, fiz essa pergunta. O grupo brasileiro afirmou-me só estar interessado, dada a natureza dos investimentos e empreendimentos que queriam instalar na Zona Franca de Santa Maria, se houvesse possibilidade de fazê-lo em outras sub-zonas.

Com respeito à J. Royal Parker, a pergunta foi muito claramente feita, dado que eles é que tinham elaborado o estudo, e a resposta foi muito claramente dada: Sim senhor, continuamos interessados, concluímos por essa viabilidade. Continuamos interessados, mas, evidentemente, isso custará muito mais dinheiro à Região e à empresa que af se instalar e o número de empresas a instalar será efectivamente muito menor.

Gostaria de voltar a afirmar esta situação: a viabilidade da Zona Franca não se põe apenas com a existência de sub-zonas, ou seja, a existência de sub-zonas melhora a rendibilidade e o resultado global para a Região, que julgo que temos toda obrigação de pretender atingir.

O Sr. Deputado Decq Mota também disse que o conceito clássico de Zona Franca se circunscreve a um determinado perímetro físico - e eu acrescentaria que disse muito bem - e que esse conceito tem vindo a evoluir nalgumas partes. E aqui permita-me também mais um esclarecimento.

Falou-se em Decreto Regulamentar. Na verdade, esse diploma estava ainda puramente em esboço no Gabinete de Promoção e Investimentos. Ora, isso nem sequer tinha passado pelo Gabinete Jurídico da Secretaria do Comércio e Indústria, que evidentemente detectaria esse lapso. Todavia, agradeceu-se logo na altura à Comissão esse

alerta, que poupou algum tempo de trabalho, pelo menos, poupou a necessidade de repetir uma folha, substituindo Decreto Regulamentar por Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Por último, queria apenas dizer que a Comissão conclui que este é de facto um acto para o desenvolvimento da Região, que, evidentemente, é um modelo de desenvolvimento que concertiza o partido que o Sr. Deputado Decq Mota representa nesta Assembleia não está forçosamente de acordo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para pedir esclarecimentos em relação a esta intervenção.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria:

Eu queria fazer um breve comentário à sua intervenção, mas antes queria pedir-lhe um esclarecimento, que é o seguinte:

- Se bem me recordo e se bem vejo, na altura em que, a nível da Comissão, tivemos ocasião de, longamente, conversar com V. Ex^a sobre este assunto, o que estava estabelecido - e é referido no relatório na página 4 - era a concepção de um consórcio, com a participação de várias empresas e da autarquia de Santa Maria, que através de um contrato de concessão ficasse encarregue de promover e gerir a Zona Franca de Santa Maria.

O Sr. Secretário faz uma rectificação àquilo que eu disse quando referi o consórcio, que eu interpreto como sendo uma evolução que a situação terá tido. Pergunto se será ou não assim.

Apenas um comentário muito breve:

- Não vou aprofundar nem entrar aqui em discussões que me parecem inúteis e até desadequadas - o Sr. Secretário defendeu os pontos de vista do Governo - mas queria só chamar a atenção para o seguinte:

- As questões que eu aqui levantei e os alertas que fiz, se é evidente que nestas questões a componente ideológica não pode estar alheia, é evidente que esses alertas não são determinados essencialmente pela questão ideológica, na medida em que muitas das preocupações que eu ponho, sob a forma de alerta, são postas por outras pessoas que no plano ideológico nada têm a ver comigo e com aquilo que eu penso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para esclarecer.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, é apenas para esclarecer, muito rapidamente, o seguinte:

- A situação do consórcio refere-se ao que foi estabelecido entre aquelas três empresas - o Grupo Royal Parker; o Grupo SADOMAR e o

Grupo Brasileiro -, as quais formarão entre si uma empresa gestora da Zona Franca de Santa Maria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Braga.

Deputado João Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As considerações levantadas pelo Sr. Deputado José Decq Mota à cerca da questão da Zona Franca de Santa Maria, que não tenho relutância nenhuma em subscrevê-las, vêm afirmar, mais uma vez, que a promessa da Zona Franca de Santa Maria não foi mais do que uma promessa demagógica e foi mesmo eleitoralista. Ela veio na sequência de uma decisão do Governo, relativamente à política aérea de Santa Maria, tomada sem apelo nem agrado, sem ouvir os marienses.

O Governo prometeu sem saber o que estava a prometer. E, aliás, isso pode-se verificar ao longo dos anos que decorreram, porque os marienses continuaram sempre a insistir na implementação dessa Zona Franca. Às tantas o Governo dizia que se aguardava a construção do porto, que seria uma infraestrutura base de apoio à Zona Franca; depois, é dito pelo próprio Governo que o porto já não serve para a Zona Franca; depois vem a questão das sub-zonas e para Santa Maria parece que pouco vai restar.

Os marienses já não acreditam na Zona Franca de Santa Maria. Isto é um facto concreto!

Não estão contra as sub-zonas, mas esperavam que o Governo primeiramente implantasse a Zona Franca de Santa Maria e só então, depois de esgotadas todas as possibilidades ou capacidades da ilha, fossem criadas as sub-zonas. Nesta altura, a criação das sub-zonas esvazia completamente a Zona Franca de Santa Maria. Não acredito que a criação de escritórios em Santa Maria e empresas noutras ilhas vá ter alguns reflexos no desenvolvimento económico da ilha.

Tenho dito.

(Neste momento o Sr. Deputado Fernando Faria substituiu na Presidência o Sr. Deputado Reis Leite)

Presidente: O Sr. Secretário Regional pede a palavra para responder?

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Para responder e prestar um esclarecimento em relação à intervenção do Sr. Deputado João Braga.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Julgo que pouco mais posso acrescentar àquilo que foi dito. Só queria fazer aqui algumas precisões.

Efectivamente, julgo que o desenvolvimento

de Santa Maria não passa exclusivamente pela Zona Franca, mas é muito importante que Santa Maria possa beneficiar dessa situação.

Eu poderia dizer que, efectivamente, Santa Maria não beneficiou da existência de um aeroporto, que funcionou com grande movimento, ou seja, não houve um desenvolvimento de Santa Maria como fruto do aeroporto - eu afirmei isto em Santa Maria e volto a afirmar aqui. Com efeito, a Zona Franca será um instrumento para o progresso de Santa Maria se os marienses assim o quiserem.

Gostaria também, mais uma vez, de dizer que o direito de estabelecimento em outros sítios da Região não esvazia o conteúdo da Zona Franca de Santa Maria, antes pelo contrário, julgo que aumenta as suas possibilidades e permite que mais empresas se venham a instalar.

O Sr. Deputado considera que, efectivamente, ter toda a parte administrativa no perímetro da Zona Franca de Santa Maria é pouco, mas eu julgo que sempre é mais alguma coisa do que se não fossem autorizadas.

Esta é, de facto, uma situação que eu já tive ocasião de dizer e que repito e é o esclarecimento que eu queria prestar à intervenção do Sr. Deputado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero lembrar que vou fazer uma intervenção sobre essa matéria - julgo que é a segunda. Queria, efectivamente, debruçar-me directamente sobre o relatório que está em debate no nosso Plenário.

Começo por dizer que considero, de facto, que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros conseguiu trazer a esta Câmara um bom relatório sobre esta matéria. E isto porque, independentemente do número de páginas, que muitas vezes influenciam à primeira vista qualquer observador, a Comissão avançou com um trabalho, em certa medida, sintetizado e que tem o mérito de, nas conclusões, apontar para questões objectivas.

Se nós nos debruçarmos sobre essa matéria - e parece-me importante que esta Assembleia o faça, porque é esta a oportunidade - talvez possamos reflectir mais desapaixonadamente sobre o que aqui vem escrito - e escrito com a idoneidade de quem o faz: uma Comissão desta própria Assembleia.

Não posso deixar de referir que considero que a participação do Sr. Secretário do Comércio e Indústria, pelo estilo aberto, claro e, eu diria, honesto, que nos tem habituado, nas reuniões de trabalho entre a sua Secretaria e as Comissões desta Assembleia, facilita o trabalho técnico, facilita, sob o meu ponto de vista,

o apuramento das situações e julgo que isso importa de sobremaneira ao trabalho de um Parlamento e deve ser positivamente registado.

Quanto à abordagem do relatório em si, lamento que ele não tenha sido lido, porque há aqui questões que o merecem e, pela minha parte, peço autorização à Assembleia para as ler.

No ponto 1 das "Conclusões" diz o seguinte:

"1. O estudo da viabilidade sobre a Zona Franca de Santa Maria deveria ter sido o primeiro passo a ser dado para a definição do projecto".

Julgo que esta Assembleia deve reflectir sobre esta afirmação. Não vi ninguém pôr esta afirmação da Comissão em causa. Se há alguém que discorda dela, deve-a pôr claramente em causa.

"2. Durante três anos que decorreram de 1982, ano em que se decidiu criar a Zona Franca e 1985 em que se avançou com o estudo da viabilidade, apenas se produziu um Decreto-Lei sobre incentivos fiscais à Zona Franca de Santa Maria".

Julgo que é importante que esta Assembleia reflecta também sobre esta conclusão.

Alguém disse que se tratou, em 82, de um acto demagógico. Não sei. Esta Assembleia terá capacidade de reflectir, concerteza, sobre qual é o significado de um acto demagógico. Agora, que está claro, nesse relatório, que foi apenas um acto político e possivelmente de conteúdo vazio, julgo que restam poucas dúvidas.

Diz-se, no ponto 4 que: "Do ponto de vista jurídico o projecto da Zona Franca de Santa Maria encontra-se no ponto zero".

Chamo a atenção para o ponto 8., aliás, já outros Srs. Deputados o fizeram, que se refere aos potenciais conflitos de interesses entre actividades e empresas já instaladas na Região e o que possa resultar da implementação do projecto.

O ponto 9. recomenda claramente a necessidade urgente de harmonizar interesses económicos existentes.

O ponto 10., julgo que é uma importante chamada de atenção a esta Assembleia para que ela acautele as suas prerrogativas, em ordem a não permitir que o Governo leve por diante a sua intenção, que foi corajosamente e claramente denunciada pelo relatório, no seu ponto 11., de regulamentar um diploma a promulgar pelo Governo da República.

Finalmente, leria uma parte do ponto 13., que me parece ser a grande conclusão da própria Comissão:

"A Comissão entende que o Projecto da Zona Franca deixou só agora de ser um objectivo de política conjuntural".

Eu prefiro utilizar a linguagem da Comissão porque estou certo que a linguagem da mesma não vai suscitar protestos.

Se estamos de acordo quanto a isso, eu pergunto se não é a altura de a gente poder acabar com essa matéria e eventualmente encerrar este assunto. Por conseguinte, se isso é claro, se esta Assembleia, unanimemente, aceita as conclusões dessa Comissão, parece-me que estamos entendidos.

Portanto, importa é que esta Câmara faça a leitura política do relatório que lhe foi presente. A mim, pessoalmente, pouco me preocupam os adjectivos que cada um empregue. Agora, o que me preocupa é que, cinco ou seis anos depois da Administração Regional ter lançado verbalmente um projecto, esta Câmara não tire as conclusões que deve tirar do mesmo. E uma delas, que também não tenho dúvidas (não está aqui claramente dita, mas julgo que está subjacente), é que só a partir de 85, eu diria, só no âmbito da gerência do actual titular da Secretaria do Comércio e Indústria é que essa matéria passou a ter um tratamento, pelo menos, tecnicamente adequado, porque esse relatório tem aqui um forte acompanhamento das fases técnicas do processo.

E se a minha leitura, eventualmente, não fosse já de si objectiva, bastaria o esclarecimento adicional que ainda há pouco o Sr. Secretário do Comércio e Indústria, a respeito de uma questão levantada pelo Sr. Deputado Decq Mota, fez a esta Câmara, em que claramente afirmou: só agora existe (e isto por palavras minhas, mas que julgo que confirmam as declarações do Sr. Secretário) o enquadramento possível para o estudo da viabilidade da Zona Franca. Efectivamente, até àquela altura - como aqui foi dito - a interpretação não pode deixar de ser de que se tratava de uma mera intenção - julgo que a palavra foi mesmo utilizada e não tenho qualquer dúvida em a subscrever e em a afirmar. Por conseguinte, só a partir de 85 se passa de uma mera intenção. Se foi demagógica ou eleitoral, enfim, deixo isso ao critério dos colegas. O facto é que isto é uma realidade política e técnica que esta Assembleia tem de reflectir. Eu diria que o trabalho está iniciado; cabe agora a nós dar-lhe continuidade e parece indispensável, como de resto é intenção da própria Comissão, continuar a acompanhar, a par e passo, a acção do Governo nesse domínio, porque já se perdeu demasiado tempo.

Ena análise anual da programação governamental, infelizmente, estão-se a confirmar as nossas preocupações de que o projecto denominado "Zona Franca de Santa Maria", se não vinha devidamente desenvolvido e devidamente explanado nos planos, era porque não podia vir e agora compreendo porque é que os responsáveis anteriores da Administração Regional nada diziam sobre a matéria: porque não tinham nada para dizer; porque efecti-

vamente tratava-se de um projecto vazio.

Presidente: Há mais dois Srs. Deputados inscritos. Todavia, o Sr. Secretário Regional pediu a palavra. É para prestar um esclarecimento?

(Afirmativa inaudível do Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria)

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): É apenas para reafirmar ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro aquilo que disse há bocado.

Efectivamente, o Governo ao lançar a Zona Franca de Santa Maria (e eu sou membro deste Governo e não dos anteriores) tem consciência da situação em que ela se encontra. Quanto a mim, seria desnecessário (e aí apenas posso fazer um juízo de valor, porque não participei nesse Governo) fazer um investimento num estudo antes da decisão final e da evolução da negociação do Tratado de Adesão, inclusivamente, da adequação da Zona Franca às Leis Comunitárias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para uma intervenção sobre esta matéria.

Gostaria de começar por referir que nós, socialistas, relativamente ao actual Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, não temos dúvidas de que estamos perante uma pessoa séria, honesta e que está decididamente empenhada em levar este caso a bom termo.

O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria sabe que eu próprio me encontro interessado no êxito dessa missão. E estou interessado porque tenho a consciência de que o que está em causa é, de uma forma geral, a Região Autónoma dos Açores, mas, de uma forma particular, a Ilha de Santa Maria e aqueles que lá vivem o seu dia-a-dia.

Isto para dizer que, se o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria tem tido um comportamento correcto, nós, socialistas, não podemos considerar que o Governo Regional dos Açores, como instituição política, e em particular a pessoa do seu Presidente tenham tido, ao longo destes anos, o mesmo tipo de comportamento, a mesma correcção, a mesma seriedade. Porque se é certo, como aqui já foi demonstrado, que a Zona Franca de Santa Maria surgiu como uma forma de remediar um acto extremamente grave que afectou a Ilha de Santa Maria, surgiu precisamente de uma forma demagógica e eleitoralista, mas o mais importante é que ela traduziu-se num acto político deste Governo Regional dos Açores, que se consubstanciou no que eu não tenho dúvidas

de classificar de "uma punhalada nas costas dos marienses", desferida pelo Governo Regional dos Açores quando decidiu, em termos de política aérea, transferir o Aeroporto Internacional de Santa Maria para a Ilha Terceira.

Curiosamente, essa "punhalada" que o Governo Regional desferiu nas costas dos marienses não se traduziu em qualquer situação de riqueza para a Ilha Terceira, mas, como comprovam os factos presentes, traduziu-se em muito mais pobreza para a Ilha de Santa Maria.

Este é um facto evidente! Só depois deste acto político é que o Governo Regional surgiu, pela primeira vez e à posteriori como tal, a falar na Zona Franca de Santa Maria.

Desculpe que lhe diga, Sr. Secretário Regional, mas eu estou convencido de que nem os marienses nem todo o Povo dos Açores entendem como é que o Governo Regional vem falar na Zona Franca de Santa Maria, quando toda a gente se apercebe que as sub-zonas que o Governo fala serão concerteza muito mais importantes do que a falada Zona Franca de Santa Maria.

Onde é que vai ficar situada toda a actividade industrial da Zona Franca de Santa Maria? - Concerteza no Parque Industrial da Ribeira Grande, na Ilha de S. Miguel.

Onde é que vai ficar instalada a actividade naval da falada Zona Franca de Santa Maria? - Concerteza no porto da Praia da Vitória, na Ilha Terceira.

Eu pergunto: - O que é que vai restar à Ilha de Santa Maria, que vai ter o título de "Zona Franca" da própria ilha "de Santa Maria"?

São estas questões de fundo que importa talvez reflectir, para bem da Região Autónoma dos Açores e para que a Ilha de Santa Maria, que ficou tão prejudicada - repito - com um acto político do Governo, comprovadamente errado hoje em dia, não possa continuar a ser prejudicada, neste caso, em termos daquilo que se dá uma pincelada cor de rosa e que se chama Zona Franca, mas que, se calhar, vai estar esvaziada de conteúdo e, nesse sentido, não se traduzirá em qualquer benefício significativo para os próprios marienses e para a própria Ilha de Santa Maria, o que significa, porque somos uma Região Autónoma constituída por um arquipélago, para toda a Região Autónoma dos Açores.

O relatório da Comissão é concludente e, como disse o Deputado Alvarino Pinheiro, não merecerá concerteza qualquer tipo de protesto. É em função desse relatório que importa que o Parlamento reflecta, mas as ilações políticas têm que ser retiradas por este Parlamento, porque esta é uma sede própria de debate político.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado João Braga vai

usar da palavra para?...

Deputado João Sousa Braga (PS): ...para fazer umas perguntas.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado João Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava fazer as seguintes perguntas ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria:

- Qual é o ponto da situação relativamente ao novo Decreto-Lei que alarga os benefícios aos sócios da empresa e o estabelecimento em outras zonas da Região?

- Neste novo Decreto-Lei vêm especificadas as novas zonas? Estas vão surgir à medida que forem aparecendo empresas interessadas ou de acordo com a vontade dessas empresas?

- O ponto zero a que se refere o relatório quer dizer que vai ser criada toda uma nova legislação no que se refere aos incentivos aduaneiros, fiscais e financeiros? Estes são iguais para todas as zonas ou privilegiam-se as empresas que se instalarem em Santa Maria? Caso afirmativo, pergunto: - Isso será patente na nova legislação a criar?

- O que falta para estarem concluídos os trabalhos relativos ao contrato de concessão para gestão e promoção da Zona Franca?

- Quais as intenções concretas de investimentos existentes e para que ilhas são esses investimentos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário do Comércio e Indústria para responder.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Braga:

Julgo que a maior parte desses assuntos já foram respondidos. Eu tive ocasião aqui de dizer, na minha primeira intervenção, que tinha sido publicado o Decreto Lei nº 63/87. Está respondida a primeira pergunta.

Quanto à segunda pergunta, o artigo 8º, nº1, diz o seguinte:

"A empresa concessionária da Zona Franca de Santa Maria e às demais empresas a que se faz referência no artigo 1º do Decreto Regulamentar nº54/82, que instituiu a Zona Franca, poderá o Governo Regional dos Açores autorizar a aquisição ou uso de instalações permanentes na Região Autónoma dos Açores se tal se revelar indispensável para o exercício eficiente e rentável das respectivas actividades".

O nº2, do mesmo artigo, diz:

"As instalações a que se refere o número anterior deverão identificar que se trata de empresas registadas na Zona Franca de Santa Maria e todo o processo documental da actividade das empresas deve efectuar-se através do Centro de Santa Maria"

Não há portanto qualquer definição de zonas, aliás, como é evidente, não são zonas, são a autorização para a instalação de actividades fora do perímetro da Zona Franca.

Tive também aqui ocasião, no primeiro dia, numa resposta ao Sr. Deputado, de lhe dizer concretamente as empresas que tinha conhecimento que estariam interessadas em instalar-se no perímetro de Santa Maria. Quanto às que possam estar interessadas em instalar-se fora deste perímetro, anunciei uma empresa que pretende trabalhar os barros e que provavelmente necessitará da abertura de uma situação deste género na própria instalação de colheita dos barros fora do perímetro da Zona Franca de Santa Maria e existe um pedido de empresas brasileiras, para transporte de equipamento, isto, julgo eu, para tratamento, de café, e que provavelmente precisará de se instalar no porto da Praia da Vitória ou no porto de Ponta Delgada, ou seja num porto que tenha águas profundas, se efectivamente o porto de Santa Maria não tiver dimensão para tal.

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt transmitiu-me ontem o interesse de um empresa brasileira, cujo director é um patrício nosso emigrado naquele país, que também tem intenções de investimento na Zona Franca.

Efectivamente, nem ele nem eu sabemos qual será o tipo de actividade, mas existe um interesse de investimento.

Relativamente ao ponto da situação do contrato de concessão, conforme também tive ocasião de anunciar, chegou-se a acordo quanto aos pontos que estavam ainda em dúvida.

Quanto à base do contrato de concessão, está a ser elaborada a sua forma final para ser submetida à aprovação do Conselho do Governo e nessa altura será dado conhecimento, uma vez que só depois da aprovação é que se transformará na forma final, e, pelo seu lado, as empresas interessadas estão a reunir entre si, no sentido de definir a sua participação e a forma da sociedade quanto ao próprio estatuto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Cruz.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria tecer aqui algumas considerações sobre o relatório da Zona Franca de Santa Maria e também fazer um protesto.

As considerações vão ao encontro do que efectivamente alguns Deputados aqui já disseram: é que os elementos do PSD na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros - e não foram movidos por outra razão do que senão esclarecer e habilitar o Plenário com os elementos necessários

à apreciação deste projecto - não enjeitam quaisquer responsabilidades inerentes à mesma (até assinaram o relatório) e as preocupações que têm são tão grandes como aquelas que o Governo Regional tem sobre essa matéria: são no sentido de que efectivamente este projecto avance com a brevidade e o desenvolvimento possíveis, dentro do contexto actual da Região Autónoma dos Açores.

Os outros esclarecimentos que eu ia prestar já foram aqui ventilados: relacionam-se com o facto de que esse processo teve uma certa evolução, pois neste momento já se encontram publicados alguns diplomas que retiram o tal ponto zero que aqui a Comissão alertou para um ponto muito mais elevado. Algumas preocupações que a Comissão alertou no seu relatório já foram tidas em conta pelo Governo, algumas das quais até em presença da própria Comissão, nomeadamente com o Sr. Secretário do Comércio e Indústria e com o Director do E.P.I.. De maneira que se poderá dizer que rondou numa certa articulação e que vai ter o respectivo fruto. Nós vamos ser chamados a apreciar determinados documentos e algumas preocupações que foram tidas aqui em conta, nomeadamente no que respeita à harmonização de interesses económicos, que vão ser analisados em Comissão, e vamos votar uma alteração que não estava inicialmente prevista.

O protesto que eu queria deixar aqui vincado trata-se de um protesto que não posso deixar de fazer, por razões de natureza ética e que se predem com o facto de o Plenário ter sido arrastado, a meu ver indevidamente, para analisar um projecto e um programa do Governo com incidência na sua área económica e para que a análise fosse feita em termos de pessoas do mesmo Governo. Deixou-se de apreciar um acto de governação de um Governo que é Social Democrata, no terceiro ano de governação, para pôr em causa um projecto a nível de pessoas, o que efectivamente acho que foi um arrastamento indevido e queria aqui fazer o meu protesto, porque a Comissão de Assuntos Económicos e este Grupo Parlamentar estão longe de entenderem que o mesmo Governo foi arrastado entre pessoas mais ou menos honestas.

Não foram referidas as menos honestas por parte dos Srs. Deputados mas foi referida a honestidade dos actuais Membros do Governo e não se teve em conta que efectivamente quem é responsável politicamente perante esta Câmara é um Governo e não individualmente uma pessoa e outra que já esteve no Governo. Queria aqui deixar este registo, que julgo que, apenas por razões de natureza ética, o devia fazer, porque podemos vir a incorrer no futuro em erros do mesmo género. Nunca se sabe se daqui a uns anos, em virtude de as previsões do estudo de viabilidade

de não serem aquelas que, à partida, neste momento este Governo e estas pessoas esperam, ou seja virem a redundar num fracasso, viremos novamente a criticar e a dizer que efectivamente as pessoas da altura deste Governo são aquelas que deviam ter tido isto em conta e não o tiveram na devida altura. De maneira que acho que quem é responsável politicamente perante esta Câmara é o Governo; é a doutrina Social Democrata do mesmo Governo que está em causa e é de um projecto económico que aqui se tratou.

Muito obrigado.

Presidente: Pede a palavra o Deputado Decq Mota para?

Deputado José Decq Mota(PCP): É para um contra-protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Decq Mota(PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito embora tenha compreendido que o protesto lavrado pelo Sr. Deputado Jorge Castanheira Cruz não se me dirigia em exclusivo, sinto necessidade de contraprotestar pela parte que me pareceu ser dirigida.

É óbvio que o III Governo Regional é do PSD, como era o II; é óbvio que o III Governo Regional é constituído de forma diferente do que foi o II; é óbvio que o III Governo Regional e principalmente - e aqui é que bate o ponto! - a Secretaria que tutela este projecto e que tem responsabilidade por ele tem pessoas diferentes - e aqui obviamente que interessa "as pessoas". Se se reparar, com excepção da parte em que respondi ao Sr. Deputado Madruga da Costa, e quando ele procurava contestar uma conclusão política que eu tirei da natureza deste projecto, e em que referi concretamente o Sr. Deputado Américo Viveiros, que foi Secretário do Comércio e Indústria, as referências ao II e ao III Governos e aos Secretários foram feitas com a necessidade que há de pôr em contraste as diferenças de procedimento. E isto por uma razão política: é que o II Governo decidiu mas nada fez e foi o III Governo que depois - até como muito bem referiu o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - desenvolveu o projecto no plano técnico.

Por outro lado, há um outro aspecto que tinha que ser referido e sublinhado, que é: enquanto que anteriormente quando se falava da Zona Franca de Santa Maria (e falou-se aqui mesmo antes de eu cá estar; e falava-se em termos políticos, etc.) o Governo nada dizia a não ser palavras de circunstância e por vezes até agressivas sobre o assunto, etc, procurando mostrar uma segurança que efectivamente não tinha, porque não podia ter, porque, como também disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o Governo nessa altura nada sabia da Zona Franca de Santa Maria,

pela simples razão de que a Zona Franca de Santa Maria era uma abstracção total. Era necessário salientar isto, Srs. Deputados, para que a natureza politica deste processo viesse ao de cima. Não me move nenhuma intenção de atacar pessoas: move-me sim a intenção de demonstrar processos políticos que estão errados e é aqui que efectivamente, fazendo o Sr. Deputado Jorge Cruz um protesto fundamentado em princípios éticos, sinto a profunda necessidade de colocar a ética do lado em que eu me coloco, para dizer: é com profundo sentido ético de ética politica que eu, como Deputado do Partido Comunista, tenho necessidade de fazer as denúncias destas situações.

Muito obrigado.

Presidente: Pede a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Agadezia aos Srs. Deputados que fossem sucintos, porque os protestos devem ser sucintos, segundo o nosso Regimento.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um breve protesto também em relação a determinado aspecto da intervenção do Sr. Deputado Jorge Cruz, porque, obviamente, há um ditado que diz que "quem não se sente não é de boa gente" e portanto eu não poderia ficar calado.

O Sr. Deputado Jorge Cruz, no final de um debate, que foi profundo, que não se deixou conduzir, como se pretende talvez, exclusivamente pelas questões técnicas, porque, no fundo, o que está em causa é uma questão política, tentou, a meu ver, de forma pouco habilidosa, distorcer tudo isso, tentando de outro modo dizer que nada mais se tinha tratado do que o ataque a pessoas. Não foi obviamente ataque a pessoas! Quando se fez referência às qualidades de honestidade, correcção e empenho do actual titular da S.R.C.I., obviamente que nos referíamos, para além das suas condições pessoais, à sua condição como responsável político e tive o cuidado de dizer que apesar disso nós, socialistas, não entendamos do mesmo modo o comportamento do Governo Regional dos Açores, como instituição política - e aqui disse - e do seu Presidente como primeiro responsável por essa instituição política. Portanto, o que está aqui em causa é que se tratou de um debate político, onde as pessoas mais não foram referenciadas para além das suas responsabilidades políticas.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS) Sr. Presidente, era para um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Parece-me indispensável esclarecer a Câmara de que, sob o meu entendimento, acho que é perfeitamente lícito a um Deputado, seja ele de que bancada for, fazer uma apreciação positiva, e no caso um apreço, a uma mudança de política e de comportamento do Governo Regional perante um projecto, que foi o que efectivamente, e como está provado, aconteceu em relação ao caso da chamada "Zona Franca de Santa Maria".

Em segundo lugar, parece-me ainda mais lícito a um Deputado poder fazer (e estou muito à vontade nesse capítulo, porque o tenho feito) comentários e apreciar, tanto negativamente como positivamente comportamentos de Membros do Governo Regional.

No caso em apreço, o ter feito as referências que fiz ao comportamento do Sr. Secretário do Comércio e Indústria nos trabalhos que envolveram essa matéria e nomeadamente com a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, julgo que é, de facto, uma questão de ética e de elementar justiça fazer a apreciação positiva que foi feita e julgo que isso não pode melindrar quem quer que seja, a não ser que hajam efectivamente situações menos claras aqui nesta Assembleia.

Presidente: Parece não haver mais intervenções sobre esta matéria.

Depois de ouvidos os grupos e as representações parlamentares, vou submeter à votação, nos termos do artigo 42º do nosso Regimento, uma proposta para que os trabalhos sejam interrompidos e se recomeça no dia 7 de Abril, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "princípios gerais do recrutamento e selecção - Concursos".

2. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "criação do ficheiro central de pessoal".

3. Proposta de Resolução do PS para que a Presidência da Assembleia Regional dê andamento à deligência efectuada pelo Presidente da Comissão dos Assuntos Internacionais, nos termos do nº2 do artigo 109º do Regimento.

4. Deliberação do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, nos termos dos artigos 147º e 148º do Regimento, da Proposta de Resolução sobre "abolição do fumo nas Sessões Plenárias".

5. Apreciação do veto do Ministro da República ao Decreto Legislativo Regional nº19/86.

6. Apreciação do veto do Ministro da República ao Decreto Legislativo Regional nº26/86.

7. Apreciação do veto do Ministro da República ao Decreto Legislativo Regional nº 30/86.

Portanto, está à votação a suspensão dos nossos trabalhos e o seu recomeço no dia 7 de Abril, pelas 15 horas.

Os Srs. que concordam fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão assim encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa tarde.

(Eram 13.20 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Raimundo Mesquita; **PCP** - José Decq Mota).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, Carlos Teixeira, Pacheco de Almeida, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João Vasco Paiva, José Leovigildo, Cinelândia Sousa, Mário Castro, Natalino Viveiros; **PS** - Carlos César, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, José Resendes, Manuel Serpa).

P'lo **Redactor de 1ª classe:** José Maria Dutra da Silva.